

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

ATA Nº 006

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Bom-dia a todos e a todas!

Quero registrar a nossa satisfação de estar mais uma vez aqui em Marcelândia.

Nós, sinceramente, não gostaríamos de estar aqui da forma que estamos, na busca do entendimento de um grande conflito que existe hoje aqui.

Sempre a vontade do político ou daquele que legisla, assim como eu, o Deputado Pedro Satélite e a Deputada Verinha Araújo, que estão aqui hoje, é de estar em outra situação, lançando obras, enfim. Mas o problema existe e exige a participação da instituição Assembléia Legislativa. Portanto, estamos aqui e logo em seguida passarei as informações de como se dará a audiência pública.

Quero convidar para compor a mesa o Deputado Estadual Pedro Satélite (PALMAS), o Prefeito Municipal Adalberto Navair Diamante (PALMAS), o Presidente da Câmara Municipal, Vereador João Cerqueira (PALMAS), o Vereador Adinal Pavlak (PALMAS), Vereador Ervino Kovaleski (PALMAS), Vereadora Sônia Sueli Marcos de Lima (PALMAS), Vereador Edson João Mazzochin, Vereador Edivan Vieira Lima, Vereadora Maria Helena, Vereadora Elizabeth de Rossi Scarpin, Vereador Diego Bugarelli, Vereador Josezito Cerqueira e o Sr. Antônio Vilela de Andrade, Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Convido também o representante da Pronorte... (PAUSA). Não temos o representante da Pronorte neste momento, mas eles enviaram pelo Vereador Diego Bugarelli uma relação de documentos que logo eu vou abrir e oficializar. Convido também o nosso Vice-Prefeito, Sr. Olímpio, para compor a Mesa (PALMAS).

Instalada a Mesa, eu declaro aberta a presente audiência pública. Esta audiência pública foi requerida pelo Deputado Pedro Satélite, na Assembléia Legislativa, na quarta-feira, e aprovada por unanimidade pelos Srs. Deputados, audiência pública que foi solicitada pela Câmara dos Vereadores de Marcelândia e uma comissão liderada pelo Presidente da Câmara, Vereador João Cerqueira. O Requerimento foi apreciado e, por unanimidade, os presentes votaram favoravelmente à realização da audiência pública.

Portanto, composta a Mesa, eu convido a todos para em pé cantarmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Bem, senhores, eu quero justificar que começamos um pouco atrasado porque aguardávamos a presença da Deputada Verinha Araújo, que teve um problema no transporte, no avião, mas ela acaba de chegar.

Portanto, convido para compor a Mesa a Deputada Verinha Araújo (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Queremos registrar a presença: Dr. Luis André, que é advogado da Comunidade Santa Rita; Sr. Pedro Quirino dos Santos Filho, Secretário Municipal de Saúde de Marcelândia; Sr. Antônio Cassiano de Souza, Secretário Municipal de Administração; Sr. Olímpio Pereira de Novaes, Secretário Municipal de Obras; Sr^a Sirlene Juliani, Secretária Municipal de Planejamento; Sr^a Márcia Ceron, Secretário Municipal de Educação; 3º Sargento da Polícia Militar, Sr. Herbes, Comandante do Núcleo Policial Militar; Sr^a Magna Cristina Colombo Foppa, Psicóloga da Prefeitura Municipal de Marcelândia; Sr. Euvânio de Souza, Chefe do Departamento de Urbanismo, o popular Neguinho Capixaba; Sr. Neivo Jores, Presidente da Associação dos Madeireiros; Sr^a Maria Izildinha do Nascimento, Presidente da Associação dos Camponeses; Sr. José Carlos Sampaio, Diretor do Jornal Folha de Marcelândia; Sr^a Sandra Kremer, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marcelândia; Sr. José Paulo, Diretor da TV Ambiental; e Sr. Dionísio Cruz de Oliveira, Diretor da Rádio Cidade FM.

Também agradecemos, com muita honra, a presença de todos os senhores empresários e comerciantes desta cidade. Agradecemos, ainda, a presença dos funcionários da prefeitura de Marcelândia. Agradecemos a presença dos professores, dos alunos, enfim, agradecemos a presença de todos os moradores desta cidade. Agradecemos a presença dos professores, como já registrei, das Escolas Castro Alves, Santa Terezinha, Santa Rita, Curumim, Nelsyn Willins, Tiradentes, Escola Estadual Paulo Freire, Pedro Bianchini e Escola Especial Renascer. Também registramos e agradecemos a presença das Comunidades e Assentamentos Tupã, Bom Jaguar e Santa Rita. Agradecemos aos moradores da comunidade do nosso Distrito de Analândia. Queremos agradecer também a presença do nosso amigo, Dr. Chotão, do Pólo Regional de Saúde de Sinop.

Amigos, primeiro, comunico a todos que esta é uma audiência pública e tem fé pública. Ela está sendo gravada e registrada pelo serviço de taquigrafia da Assembléia Legislativas. Estão aqui ao lado as nossas taquígrafas que já chegaram ontem. Quero cumprimentar todas e também o nosso serviço de cerimonial, coordenado pela Sr^a Mara. Portanto, tudo que for dito será registrado em Ata: quem vai participar dos debates, os problemas que estão em pauta para ser debatidos e, é lógico, também - dependendo do assunto -, nós vamos abrir o debate para as pessoas que querem tratar de todos os problemas. Já comunico a todos. Cabe ao papel difícil do Presidente, que está conduzindo os trabalhos, porque em determinados é um costume nosso. A Assembléia Legislativa, nos últimos anos, tem interagido, aberto esse espaço a toda a sociedade, tanto pelos Prefeitos que requisitam audiências, como pelas Câmaras de Vereadores e segmento organizado da sociedade.

Portanto, nós debatemos todos os problemas existentes, hoje, na Assembléia Legislativa, buscando solucionar os conflitos existentes na nossa sociedade e em todo o Estado de Mato Grosso.

Hoje, nós estamos diante de alguns problemas do Município de Marcelândia, e nós entendemos que é possível buscar soluções. Mas eu quero, desde já, ser bem sincero com vocês: o meu papel aqui é o de intermediar os debatedores. Eu sei que em determinados momentos as discussões se tornam um tanto acaloradas, mas quero pedir a compreensão de vocês, porque nós estamos aqui para ser parceiros na busca da solução. A Assembléia Legislativa veio aqui, hoje, solicitada pela Câmara de Vereadores. E aqui quero parabenizar o trabalho da Câmara de Vereadores, porque, há muito tempo, os Vereadores estão preocupados com esses assuntos que estão ocorrendo e que sempre foram tratados em reuniões, encaminhados através de requerimentos ou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

ofícios, mas, hoje, é através desta audiência pública, não só dos Vereadores, mas também do Prefeito Municipal.

Desse assunto eu já tratei, individualmente, assim como o Deputado Pedro Satélite, a Deputada Verinha Araújo, certamente o Deputado Dilceu Dal Bosco e alguns outros Deputados, mas nunca em caráter de uma audiência pública. Hoje, nós temos, então, a oportunidade de tratá-lo em caráter de audiência pública. No decorrer da audiência, caso haja alguém que queira interpelar os Srs. Deputados ou um palestrante inscrito, terá inscrição aberta pelo nosso serviço de cerimonial da Assembléia Legislativa.

Sempre é inscrito um debatedor para tratar do assunto. De início, eu tinha aqui três pautas do tema a ser discutido, mas o Presidente da Comissão de Terra do Estado de Mato Grosso, Deputado Pedro Satélite, colocou-me, hoje, pela manhã, um quarto tema.

Os três temas eram: tratar da gleba Santa Rita; tratar da gleba Tupã e tratar da desafetação da área urbana da cidade. Desafetação o que é? As áreas que pertencem ao município, ao núcleo urbano, áreas públicas, como praças, áreas de centro de posto de saúde, estádio, prefeitura, câmara municipal, núcleo comunitário, áreas para construção popular, tudo isso, que é previsto para desenvolver o município, tem que estar necessariamente registrado para o município. Então, é um dos temas. E há os outros que eu acabei de citar.

O Deputado Pedro Satélite recebeu uma comissão de madeireiros - já houve uma audiência prévia -, e ele também coloca o assunto em pauta. Têm aí vários madeireiros que tem a sua propriedade em regime de comodato com a Colonizadora Pronorte, e me consta a informação de que há um pedido de reintegração de posse dessas áreas. Isso nós também trataremos dentro do assunto da desafetação ou fazendo com que este seja o quarto tema.

Nós sempre abrimos espaço para um debatedor esclarecer os problemas. Aqui nós vamos abrir de dez a, no máximo, quinze minutos para o Prefeito Municipal e de dez a, no máximo, quinze minutos também ao Presidente da Câmara. Aviso que, se começar a extrapolar o tempo, vou comunicar aos oradores. Fica feito esse registro da mesa diretiva.

Com a palavra...

O Deputado Pedro Satélite, Presidente da Comissão de Terra, me solicita um encaminhamento.

Antes, porém, indago da Deputada Verinha Araújo se ela quer fazer uso da palavra antes ou depois das outras falas.

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO RESPONDE AO PRESIDENTE SILVAL BARBOSA - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Portanto, abro um espaço para o Deputado Pedro Satélite, autor do Requerimento de solicitação da audiência.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Bom-dia a todos e a todas.

Inicialmente, quero agradecer ao Clube da Melhor Idade por ter nos cedido este espaço para a realização desta audiência pública.

Cumprimento o Prefeito Municipal.

Em nome do Presidente da Câmara, Vereador João Cerqueira, cumprimento todos os Vereadores; o colega Deputado Silval Barbosa; a colega Deputada Verinha Araújo.

É uma satisfação tê-la aqui, Deputada. Vossa Excelência sempre tem se pautado pela legalidade nas causas sociais, sempre acompanhando e nos ajudando a encontrar soluções quando por ventura temos algum conflito.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Nós estamos aqui, como o Deputado Silval Barbosa citou, porque os Vereadores nos procuraram e por diversas vezes fomos questionados sobre essa questão do Município de Marcelândia.

Os Vereadores chegaram em Cuiabá, juntamente com o Prefeito, e nos colocaram da seguinte forma: “Deputado Pedro Satélite, Vossa Excelência é o Presidente da Comissão de Terras, sabemos do trabalho que é feito neste Estado, com dignidade, para que as pessoas que têm algum problema fundiário tenham o devido respeito...”

E nos colocaram, palavras do Presidente, que estariam fechando a Câmara Municipal, Deputada Verinha Araújo, antes que tomássemos qualquer providência.

Eu disse para ele que não haveria necessidade disso, que nós tomaríamos essa providência. Tomamos providência na quarta-feira, apresentamos um Requerimento para convocação da audiência, que foi aprovado pela Assembléia Legislativa e, por determinação do Presidente, já marcou para esta data de hoje e estamos aqui hoje.

Quero registrar que nós temos um encontro hoje em Belém, no Estado do Pará, onde vai se tratar de um assunto muito importante para esta região também, que é o recurso na ordem de sessenta milhões de reais para o Estado do Pará, para pavimentação da BR-163. O Estado de Mato Grosso, junto com o Estado do Pará, está pedindo que seja colocado esse recurso, ao invés de fazer 30, 40 quilômetros de asfalto, que sejam feitas todas as pontes de concreto dentro do Estado do Pará. Então, apenas justificando.

Justifico, Sr. Presidente, que a Comissão de Terras é composta por cinco Deputados: Deputado Silval Barbosa, Deputado Pedro Satélite, Deputado Dilceu Dal Bosco, Deputado Mauro Savi... Todos foram convidados para estarem aqui presentes e também todos os Srs. Deputados foram convidados. A Deputada Verinha Araújo, mesmo não participando da Comissão, está presente e é uma honra tê-la aqui.

Eu não poderia também deixar de justificar a ausência do Deputado Dilceu Dal Bosco, que entendeu que seria mais interessante estar em Belém tratando dessa questão que é importante para o Estado de Mato Grosso.

Eu quero aqui pedir, inicialmente, a Deus, que nos ajude, Sr. Presidente, ao dirigir a palavra, para que nós possamos ter palavras sábias e que, realmente, no final desta audiência pública, nós tenhamos aqui, Prefeito, uma solução e uma solução que venha ao encontro da verdade, porque nós queremos, na verdade, Deputada Verinha Araújo, é que se possa constatar a verdade verdadeira, porque a população quer que os problemas sejam resolvidos. Como o Presidente já citou, a partir deste momento, desta audiência pública, não é apenas mais um problema do Poder Público Municipal, mas envolve também o Poder Público Estadual, que é a Assembléia Legislativa. E nós também estamos representando aqui o Governador Blairo Maggi que, com certeza, quer e vai nos ajudar a resolver esse problema aqui. E a Deputada Verinha Araújo, se assim eu posso colocar, com certeza, estará representando aqui também os Deputados Federais do seu partido, partido do nosso querido Presidente Lula, que também estará aqui para nos ajudar se porventura precisar levar algum encaminhamento para Brasília.

Eu quero pedir apenas permissão a Vossa Excelência, Sr. Presidente, para ler o ofício que nós recebemos aqui, do Ministério Público Estadual, da Promotoria de Justiça da Comarca de Colíder, que nos passou um fax, que diz o seguinte:

“Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Promotoria de Justiça da Comarca de Colíder
Ofício nº 129/06

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Colíder, 27 de março de 2006.

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual,

Em atenção ao honroso convite para participar da audiência pública referente à questão de loteamento realizado na zona rural do Município de Marcelândia, parabenizando-o pela importância do evento, informamos nossa indisponibilidade de comparecimento em decorrência de compromissos inadiáveis anteriormente assumidos.

Sem mais, apresentamos a Vossa Excelência protesto de elevada estima e distinta consideração, solicitando desde logo o encaminhamento da respectiva ata da audiência pública para conhecimento deste órgão ministerial.

Procurador de Justiça - Dr. Tiago Henrique

Promotora de Justiça - Dr^a Ane Karine”

Então, nós temos aqui um documento do Ministério Público que o Presidente já registrou. Tudo será registrado em ata e isso será encaminhado com certeza ao Ministério Público para que também nos ajude a tomar as medidas cabíveis pelo poder público e encontrar soluções.

Eu finalizo a minha apresentação.

A Deputada Verinha achou melhor fazer uso da palavra mais no final.

Em nome da Comissão de Terras do Estado de Mato Grosso, nós sempre nos colocamos à disposição.

Com certeza, Sr. Presidente, esta audiência pública será de grande valia.

Peço aqui a Deus que ilumine a mente de cada um dos senhores e senhoras que compõem esta Mesa e principalmente a de vocês que estão a nossa frente para que possam aqui, sem temor a nada, se inscreverem e usarem a palavra. Falem da maneira simples e popular de vocês.

Aqui é uma audiência pública e todas as pessoas que têm algum sentimento, que acha que não está sendo correto o que está acontecendo no Município de Marcelândia, apresente sua reivindicação, que com certeza medidas serão tomadas.

Eu agradeço essa oportunidade e vamos dar seqüência à audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra...

O Deputado Pedro Satélite colocou muito bem senhores. Após a fala do Prefeito Adalberto e do Presidente da Câmara João Cerqueira, nós vamos ouvir a palavra pela inscrição. Nós vamos abrir três minutos para cada pessoa que tenha interesse no tema, que faz parte do problema, para fazer sua exposição de motivos.

Com a palavra, o Prefeito Adalberto Navair Diamante.

O SR. ADALBERTO NAVAIR DIAMANTE - Bom-dia.

Rapidamente, cumprimento a todos que compõem a mesa, em nome do Presidente, Deputado Silval Barbosa, e a todos os senhores, em nome do Presidente da Comissão de Terra, Deputado Pedro Satélite; e a todas as senhoras presentes, em nome da Deputada Verinha Araújo, que se deslocou da Capital também para valorizar esta audiência pública.

Eu gostaria de dizer que tomamos decisões, em alguns momentos, que não gostaríamos de tomar, mas elas chegam a um ponto de colocarmos uma necessidade muito grande e aí nós fazemos não só aquilo que gostaríamos de fazer, mas aquilo que é preciso, que é necessário. Então, esta audiência pública seria para marcar o início de uma nova forma também de conduzir toda Marcelândia, o nosso município.

O Presidente da Câmara, junto com os Vereadores, conhece inteiramente todas as necessidades do município e eu conheço também tudo - e muito bem. Mas nós não podemos continuar tratando dos assuntos do município e distante do povo. Quanto mais nós nos deslocamos,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

quanto mais vamos atrás de soluções, mais nós nos ausentamos da presença de todos, do povo, e menos informações o povo passa a ter com a nossa ausência. Aí, as informações que vêm para o povo, normalmente, algumas de pessoas interessadas, que passam informações corretas, e algumas chegam a cada um conforme o interesse individual, até de prejudicar, de contar distorcido o que acontece.

Então, eu faço desta audiência pública um marco de início de toda uma nova forma de conduzir Marcelândia, que é a forma da transparência e com a total participação do povo.

Aí ninguém poderá chegar ao cidadão e dizer: “Onde está a autoridade? Onde está o Prefeito? Cadê o Adalberto? O que ele está fazendo? Por que ele não resolveu isso?”

E aquele que chega lá diz: “Olha, eu acho que o Prefeito é contra isso, o Prefeito é a favor daquilo.”

Desse jeito, não vai ter mais a forma equivocada de informar a cada um e cada cidadão terá que participar. Eu não aceito mais conduzir negócios que envolvem, que é pertinente a todos e interesses do município sentado entre três ou quatro pessoas dentro de gabinetes, quando não se tem a solução pela pouca vontade de alguns, e aí nem sequer poder transmitir para o povo o que se passou e o que realmente está acontecendo. Então, dessa forma, agora, cada passo o nosso povo vai saber. Quando nós tivermos êxito, vamos aplaudir juntos e sabendo o que se passou, e quando tivermos alguma derrota, que seja ela clara e que seja informada para todos como é que ela aconteceu. Nós temos assuntos aqui que eu considero delicado com o nosso município, que é a regularização geral do município, onde tem uma providência tomada pelo Governo do Estado, pela Assembléia Legislativa, pelo INTERMAT e INCRA, que é o Projeto Varredura, que está identificando, medindo e instalando cada processo para cada proprietário de terra no município, para que se faça a devida regularização.

Na área urbana nós temos uma situação diferente de todos os municípios do Estado, e daí, para se administrar um município assim, diferente, é mais difícil. Essa diferença não poderá mais existir. Nós temos que chegar a uma conclusão de como deve ser feita a regularização da cidade, como devemos ou quem deve ou quem tem que receber ou quem tem de direito ou quem tem obrigações com isso.

Nós temos a situação de Santa Rita, que são produtores, onde foram loteadas áreas, vendidas. Eu não posso ver cada caso, de cada um, mas tem aquele que comprou e pagou, tem aquele que comprou e está pagando, tem aquele que espera um documento e tem até casos que eu nem sei como é que está. Mas nós temos, como Poder Público, a obrigação de estar buscando soluções e regularidade para cada um, mesmo que sejam contratos particulares, porque lá dentro, com esse contrato particular, nesse lote de terra, tem um produtor que é importante para o município.

Na Gleba Tupã, uma fazenda que nós conhecemos desde 1976, quando adquirido do falecido Sr. José Bianchini, eu conheço todos da família e até os que faleceram e os herdeiros que estão aí. A Gleba Tupã sofreu uma invasão há quase cinco anos, a convite de pessoas do INTERMAT, na época, dizendo que ali seria destinado para assentamentos. Depois não foi e criou-se um impasse, de pessoas que eu nem conheço, num documento, e também da loteadora com os donos da fazenda e com os ocupantes da área. Esse impasse, na Justiça, impede até o INTERMAT de colocar aqui a infra-estrutura que nós já conseguimos com o Governo e que os Srs. Deputados nos ajudaram. Ela não pode ser colocada e dada a cada um, porque existe um impasse, um litígio na Justiça, onde não permite o Governo agir.

Nós temos uma situação de regularização, eu diria, até no Assentamento Bom Jaguar, que foi feito pelo INCRA, mas que o INCRA precisa comparecer para estar atendendo e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

regularizando essas pessoas, e que não vai ser o caso desta audiência hoje. Mas nós temos até, e gostaria de lembrar aqui, a gleba Santos Reis, onde foi assentada há doze, treze anos, se não me falha a memória, ainda tem como herança da prefeitura municipal pagar uma precatória de um milhão setecentos cinqüenta mil reais quando, na época, fizeram negociações, e, na gestão passada, não foram feitas às defesas e o município está sendo obrigado a pagar por uma precatória que já é do conhecimento do legislativo, também, de um milhão setecentos cinqüenta, que o INTERMAT não pode dar a devida regularidade para aquele proprietário também do Santo Reis.

Então, de um modo geral o nosso município hoje suporta uma situação que não pode existir em município alguém. Se nós, de forma clara, com a participação de cada um, vamos conduzir daqui para frente junto com a Câmara Municipal, com o conhecimento de toda a Assembléia Legislativa, de vocês e dos Deputados que compareceram, vão transmitir para toda a Assembléia a realidade de Marcelândia, e daí nós não precisamos estar pensando onde está o Vereador, onde está o prefeito, o que ele foi fazer, será que ele está do nosso lado, será que ele está tentando resolver o nosso problema? Nós teremos a transparência para que todos saibam cada passo, como que se vai desenvolver essa situação. Quero, desejo, sempre fui de conduzir as coisas pacificamente, sempre fiz e suportei qualquer tipo, até de humilhação, mas para ter um final de paz, de entendimento, passando por cima até de vontades pessoais para se chegar a entendimento que só venha trazer benefícios.

Então, eu me coloco sempre a favor de entendimento, de bons entendimentos, peço a cada um dos senhores que, quando colocam os seus problemas, lembrem que no final desta audiência nós não teremos ali um resultado, não teremos ali um documento passado, mas nós teremos, sim, um grande documento, através do qual será dado um encaminhamento a cada situação, para que daí, então, não possa parar mais a situação de regularidade.

Eu quero, quando voltar a falar, esclarecer, ajudar a fazer qualquer elucidação das situações, tanto urbana, quanto rural do município.

Quero dizer que eu tenho documentos, medições e levantamentos e participei das reuniões que tivemos na prefeitura com as partes interessadas. Participei também, com estes Deputados e mais outros dentro da Assembléia Legislativa, de uma grande comitiva da Santa Rita, com o Presidente da Câmara, João Cerqueira, e demais Vereadores, onde houve uma tentativa também de entendimento.

Eu quero deixar aqui um posicionamento claro. Antes de entrar no mérito, Deputado Silval Barbosa, colocar minha posição como a favor de qualquer entendimento, mas precisamos de soluções.

O entendimento não pode ser só de conversa. O entendimento não pode ser aquele que diz: “Está tudo bem”. Mas, dali a pouco, não há nada resolvido. Isso nós não vamos permitir mais. Então, quero continuar a contribuir. Tenho aqui dados que sei que vão contribuir para com a audiência pública, porque são de suma importância, mas eu vou deixar a palavra na seqüência.

Por enquanto, muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Antes de passar a palavra ao Presidente da Câmara, Vereador João Cerqueira, eu registro a presença da comissão aqui do distrito de Analândia. Essa comissão está liderada pelo Vereador Adinal, que também coloca em pauta a regularização fundiária do entorno do distrito de Analândia. Queremos registrar, então, a comissão que também vai tratar do assunto de Analândia.

Com a palavra, o Presidente da Câmara, Vereador João Cerqueira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

O SR. JOÃO CERQUEIRA - Srs. Deputados e Deputada Verinha Araújo, na pessoa do Prefeito Adalberto eu cumprimento todas as autoridades da mesa, senhoras e senhores aqui presentes.

Deputado Silval Barbosa, a preocupação na Câmara Municipal de Marcelândia é em não prejudicar ninguém, mas a Câmara não suporta mais receber tantas e tantas pessoas, ora de Bom Jaguar, ora de Santa Rita, ora de Analândia, ora de Tupã. A Câmara tem passado, às vezes, muita vergonha, quando vai a uma reunião de cooperativas, de associações, porque, quando perguntam onde estão os terrenos para que essas cooperativas e associações possam incrementar o desenvolvimento de Marcelândia, nós esbarramos no tal terreno que não existe. E muitas vezes ainda falam: “Se fulano estiver lá, nós não vamos dar esse terreno.” Nós no Município de Marcelândia não temos que pedir favor para ninguém. O Município de Marcelândia é proprietário, Sr. Deputado - e está aqui em minhas mãos -, de dezenas de lotes que pertencem a este município. Eu fiquei sabendo, agora há pouco, e já gostaria de pedir com urgência a verificação, que a colonizadora disse que honrou tudo aquilo que falou na Assembléia Legislativa. Mas eu digo que não é verdade. E eu já peço a assessoria da Assembléia Legislativa que corra imediatamente para solucionar aquilo que foi devolvido e aquilo que falta devolver, porque senão chega na parte da tarde e o pessoal vai pensar que é verdade mesmo, que já devolveu tudo. Mas, na verdade, nós temos aqui os registros em cartório de tudo aquilo que é bem público que pertence ao Município de Marcelândia.

Então, eu quero deixar bem claro isso aqui. E gostaria que fosse, com rapidez, visto o que entregaram e o que nós temos em mãos, porque senão nós não vamos chegar à conclusão nenhuma.

E a outra parte é gravíssima. Essa aqui está travando todo o Município de Marcelândia. Nós não temos terreno para nada: não temos terreno para casa popular, não temos terreno para cooperativa, não temos terreno para rodoviária, não temos terreno para Parque de Exposições, e, no entanto, o município é dono de uma área invejável. Mais de quatrocentos hectares pertencem ao Município de Marcelândia. Isso não sou eu quem fala, é o cartório. Está registrado lá: bem público do Município de Marcelândia. Que fique bem claro isso.

A segunda parte que nos chama a atenção, Deputado, é a questão de Santa Rita. Eu vou separar aqui, por etapa, porque vou entregar já à comissão. A questão Santa Rita trata de pessoas que compraram lotes. Eu acompanhei as propagandas de rádio e de televisão, aqui na cidade de Marcelândia, em que se colocava uma fecularia das mais modernas e mais bonitas, dizendo que estavam implantando no Município de Marcelândia, com o intuito de vender terra para aquele povo, com o intuito de trazer esse povo “brasilguaio” ou de qualquer parte deste País. Mas todo mundo é brasileiro e todo mundo tem que ser respeitado em nosso município.

Eu faço aqui o meu pedido já a essa Comissão: que ela desça *in loco* nos próximos dias e veja o que passa a comunidade de Santa Rita. São pessoas que já não têm mais nada para produzir, porque uns entregaram arroz, mas não receberam. E sempre vem com a historia de que foi acertado tudo - o que não é verdade. O que Santa Rita está passando é uma humilhação.

Pessoas que moram nesse pedacinho de Brasil, que vêm aqui para lutar e para trabalhar precisam ter... Deputada Verinha Araújo, Deputado Dilceu Dal Bosco - que não está presente, mas eu gostaria que estivesse -, Deputado Silval Barbosa e Deputado Pedro Satélite, é hora de passar a limpo, doa a quem doer. Se nós estivermos mentindo, que nós paguemos por nossa mentira; mas se outros estiverem mentindo, que eles paguem por essa mentira. Porque não é justo fazer o povo sofrer (PALMAS) na humildade, no trabalho. Sem dizer que Marcelândia faz parte,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

embora seja pequena, deste Estado, deste País glorioso, onde - eu acredito - o direito é de todos, e não de meia dúzia.

Vejam, Srs. Deputados e Deputada Verinha Araújo, nós tínhamos aqui a Colonizadora Maiká e está ali a comissão de várias pessoas que compraram suas propriedades aqui, há 20, 22, 25 anos, e que têm o contrato da Colonizadora Maiká.

Olhem a armação feita no Município de Marcelândia: a Maiká é vendida. O novo grupo chega e compra a Colonizadora Maiká. Mas comprou só a banda boa, Deputados e Deputada, comprou só aquilo que eles achavam que valia a pena. Eles querem tudo para eles, menos pagar aquilo que a Maiká deve ao povo de Marcelândia, que é escritura, documento, reconhecendo esse povo que comprou de boa-fé e que veio morar em Marcelândia, hoje produzindo e lutando por este município. Mas, hoje, esses cidadãos terão de pagar novamente para o Governo do Estado aquilo que é de responsabilidade da Colonizadora Maiká.

Olhem, eu nunca ouvi falar que, quando a pessoa compra um carro, ele tira só o motor que está bom, só os pneus que estão bons. Não! Ele tem que assumir se o IPVA estiver atrasado; ele tem que ter responsabilidade se tiver multa no caro ou coisa parecida. Infelizmente, em Marcelândia o lado bom não está com a população.

Entrego aqui aos Deputados, fico preocupado e gostaria de ter uma resposta.

Deputada Verinha Araújo, Deputado Pedro Satélite e Deputado Silval Barbosa, me perdoem por colocar aqui em xeque-mate algumas coisas.

Para regularizar as terras da Pronorte, fizeram várias casinhas, várias, mais de 70 neste município, mas podem ter certeza de que lá no INTERMAT não estão em nome da Pronorte, está em nome de laranjas.

Essa é uma denúncia, Deputado Pedro Satélite, gravíssima!

Doa a quem doer, nós queremos que o povo de Marcelândia saiba a verdade, com transparência, tudo o que está acontecendo.

O nosso povo, como o do Tupã, as pessoas ali estão reivindicando uma área, Deputada Verinha Araújo, pequenina do Município de Marcelândia. Marcelândia teria e tem por obrigação, porque tem terra suficiente. Se for levantar neste município, no tamanho que é, encontram-se áreas devolutas que assentam tranqüilamente aquelas famílias que estão produzindo, estão levantando o crescimento do comércio de Marcelândia. Se hoje não tiver mais Tupã, não tiver mais Santa Rita, não tiver mais Bom Jaguar, podem ter certeza de que fecharão 50% do comércio de Marcelândia. Certeza absoluta (PALMAS).

Por isso nós passamos às mãos... Sem me prolongar muito, eu gostaria de dizer para vocês o seguinte: eu sei que o povo que está aí quer uma resposta imediata e eu sei que os senhores não terão essa resposta de imediato, mas não fiquem frustrados por isso, porque, pela primeira vez também, chega uma comissão da mais alta importância do Estado de Mato Grosso, que é esta comissão que está aqui para a audiência pública.

Como disse o Deputado Silval Barbosa, isso aqui fica registrado em Ata. Passam daí, então, as respostas a virem, não só da Câmara de Vereadores que vocês procuram. Quem somos nós? Se pudéssemos resolver... Quem somos nós? A nossa missão é correr e procurar. E isso nós fizemos, e sempre tivemos o apoio dos Deputados, do Deputado Silval Barbosa, do Deputado Pedro Satélite.

Gostaria de dizer que me surpreendeu muito essa mulher guerreira, a Deputada Verinha Araújo, que se esforçou muito para estar aqui no Município de Marcelândia hoje. O nosso agradecimento, Deputada (PALMAS). Marcelândia saberá reconhecer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Então, Deputado, antes de eu conhecer aquilo que a Pronorte apresentou aqui, que diz que já está tudo regularizado aquilo que assumiu na Assembléia Legislativa, eu quero falar bem claro, não vou esconder nome, nem nada. Eu gostaria que, logo em seguida, buscássemos para ver o que a Pronorte entregou, aquela Ata da Assembléia Legislativa, o que foi comprometido lá na Assembléia Legislativa e checarmos para ver se realmente cumpriu. Eu tenho certeza de que não, por isso eu vou dar o meu parecer antecipado. Perdão, pela minha avaliação, mas como eu já tenho a certeza de que não está, eu pediria, então, até que interrompêssemos a audiência, se for o caso, para rapidamente checar, para ver se realmente está de acordo com aquilo que a Pronorte ofereceu em documento e aquilo que o Prefeito Adalberto tem em mãos.

Agradecemos essa oportunidade e mais tarde voltaremos a discutir com Marcelândia (PALMAS).

A Sr^a Verinha Araújo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - A minha proposta é que seja lida aquela Ata da reunião realizada na Assembléia Legislativa, o que ficou acordado naquele documento para os encaminhamentos e aí confrontarmos com o documento que foi apresentado hoje aqui pelo Sr. Celso Padovani.

Essa é a proposta que eu faço, Sr. Presidente, aqui. Eu não sei se Vossa Excelência tem a Ata da reunião...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Então, solicito a Vossa Excelência a leitura da Ata.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Então, vamos lá!

Bom-dia a todos e a todas! Nós vamos ser bem objetivos!

Eu quero aqui parabenizar a iniciativa da Câmara de Marcelândia; o Prefeito Adalberto Diamante; os Deputados presentes; o Deputado Silval Barbosa, Presidente da Assembléia Legislativa, que aqui está coordenando os trabalhos, que se deslocou até Marcelândia; o Deputado Pedro Satélite, Presidente da Comissão de Terras, que, assim que houve a solicitação, já na semana passada, encaminhou o pedido, e aqui estamos realizando esta audiência pública.

Quero cumprimentar todos os nossos Vereadores que estão à Mesa, autoridades, cidadãos e cidadãs de Marcelândia.

No ano passado, recebemos lá na Assembléia Legislativa uma comissão de vários moradores e moradoras daqui de Marcelândia, junto com o Prefeito e Vereadores, que colocavam toda angústia sobre a resolução da regularização fundiária aqui. Eu não sou conhecedora profunda do problema - com certeza, vocês conhecem muito mais a história -, mas eu não poderia me furtar naquele momento de ajudar a encontrar uma saída. E assim nós estivemos participando de mais de duas reuniões para encontrar solução.

Naquele momento foi encaminhada uma ata da reunião de 30 de novembro, que eu agora, rapidamente, li algumas questões que ficaram encaminhadas. Então, eu vou ler alguns trechos da ata para gente ser bastante objetivo.

Em um dos trechos aqui diz:

“SR. CELSO PADOVANI - Assegura que irá entregar as escrituras e prorrogar pelo mesmo período restante as parcelas em atraso sem pagamento de juros ou multa. Quanto ao prazo, diz que dependerá da liberação do excesso de penhora junto ao fórum.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

PRESIDENTE DO INTERMAT - Sugere que a partir da definição da localização dos títulos, da identificação da matrícula penhorada que deverá ser resolvida com o acompanhamento dos advogados da Prefeitura, Câmara, produtores e colonizadora, as demais poderão prosseguir com a entrega das escrituras, dependendo apenas do georreferenciamento para o registro.

PREFEITO SR. ADALBERTO - Sugere que sejam lavradas as escrituras públicas, renegociados os débitos para aguardar apenas o georreferenciamento para o registro das mesmas.

PRESIDENTE DO INTERMAT - Que o problema seja fracionado de duas maneiras: primeiro quanto às duas áreas não penhoradas em que seriam renegociados os débitos existentes sem a cobrança de juros ou multa, com a prorrogação para o pagamento pelo mesmo período que ainda restava para quitação do lote, aguardando apenas o georreferenciamento para o registro das escrituras. Quanto à área penhorada, restaria aguardar a liberação do penhor para continuidade dos trabalhos.”

Em seguida, há várias intervenções: Sr. Olímpio Cocco, Deputado Pedro Satélite, Vereador Loiri, Sr. Jair. No final da ata, fica assim. Eu vou ler o final do texto:

“DA PROPOSTA - “Quanto à proposta já formulada pelo INTERMAT, ‘que o problema seja fracionado de duas maneiras: primeiro quanto às duas áreas não penhoradas em que seriam renegociados os débitos existentes sem a cobrança de juros ou multa, com a prorrogação para o pagamento pelo mesmo período que ainda restava para quitação do lote, aguardando apenas o georreferenciamento para o registro das escrituras. Quanto à área penhorada, restaria aguardar a liberação do penhor para continuidade dos trabalhos’, o Prefeito Adalberto sugeriu que a mesma seja submetida aos demais produtores que não puderam comparecer à reunião para deliberar, se há consenso. Sugere ainda a retirada da Polícia Militar da Comunidade.

SR. CELSO PADOVANI - Assegura ainda a carência de um 1 após o registro da escritura aos produtores que se encontram residindo na comunidade e que não obtiveram financiamento em função de não possuírem escrituras de seus lotes, mas isso condicionado a uma análise caso a caso.

Após o pronunciamento do Sr. Celso Padovani, deu-se por encerrada a presente reunião, cuja Ata foi devidamente assinada por todos os participantes, presenciada pelo Secretário Marcos Rogério Lima Pinto e Silva, que também firma este documento.”

Assinaram este documento o Deputado Silval Barbosa, o Deputado Dilceu Dal Bosco, o Prefeito Adalberto Diamante, o Vereador Adinal Pavlak, o Deputado Pedro Satélite, o Sr. Jair Mariano, o Vereador João Cerqueira e a Vereadora Elizabeth de Rossi.

Era este o texto, Sr. Presidente. Eu tentei resumir ao máximo aquilo que foi encaminhado.

Então, a partir deste documento, seria interessante que as partes se pronunciassem se de fato o que ficou definido aqui foi encaminhado. Obrigada (PALMAS).

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, para uma questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A Deputada Verinha Araújo fez a leitura da Ata da reunião que aconteceu em Cuiabá.

Passo a palavra, para uma questão de Ordem, ao Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Sr. Presidente, eu tenho dois questionamentos a fazer: primeiro, eu gostaria que Vossa Excelência determinasse alguém que está com a voz melhor que a minha, pode ser o locutor, para ler um ofício que recebemos agora do Vereador Diego Bugarelli, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

está assinado pelo Celso Luiz Padovani, que encaminha ao Deputado Pedro Satélite, à Deputada Verinha Araújo e ao Deputado Silval Barbosa.

O segundo encaminhamento que eu gostaria de fazer, também, é para que fique registrado que é muito sério o que o Vereador João Cerqueira falou aqui hoje. É muito sério. E isso será encaminhado ao Ministério Público.

O Vereador João Cerqueira fez uma denúncia. Isso é público, Vereador. A denúncia de que está existindo, Deputada Verinha Araújo, “laranjas”, de que foram construídas casinhas.

A lei é clara: até 2.500 hectares cada cidadão pode ter de terra, conforme a constituição. Agora, essas pessoas que deram o nome para serem “laranjas” lá, podem ter problemas na Justiça. Cuidado vocês! Em nome de quem é que está sendo feita, lavrada essa documentação, onde se apresenta um processo que é encaminhado ao INTERMAT e o INTERMAT, até então, acredita. Aí vai para a Assembléia Legislativa para regularizar essas áreas.

Então, fica registrada essa denúncia aqui também, que cada cidadão que vocês conhecerem que diz que é proprietário de uma área de até 2.500 hectares, como o Vereador denunciou aqui, é uma denúncia pública que será encaminhada ao Ministério Público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Atendendo a palavra, pela Ordem, do Deputado Pedro Satélite, passo a ler, então, o documento que veio da Pronorte, assinado pelo Sr. Celso Padovani:

“Através do Ofício nº 795/06, datado de 23 de março de 2006, fomos informados da aprovação pela Assembléia Legislativa deste Estado, em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de março de 2006, do Requerimento nº 53/06, de autoria do Deputado Pedro Satélite, onde foi decidida a realização da audiência pública visando discutir problemas que atingiram diretamente a empresa colonizadora.

Em relação às áreas urbanas que a empresa é titular de domínio e de posse, os registros que vêm dificultando o desenvolvimento do município, impedindo que o Poder Público Municipal ofereça incentivos às indústrias e outros segmentos sociais, não condizem com a realidade. Primeiro, as áreas públicas destinadas ao Poder Público Municipal, nos termos constantes nos projetos aprovados pelo município, sem nenhuma exceção, todas foram repassadas ao município, não havendo nenhuma pendência nesse sentido.

A empresa, independentemente de qualquer imposição dentro dos limites suportáveis, tem feito doações para acomodar projetos públicos, além das entidades filantrópicas, de forma que as entidades como a APAE, Postos de Saúde, mesmo sem a participação do Poder Público Municipal, a empresa tem cumprido o papel social, fazendo doações dos imóveis urbanos gratuitamente.

É necessário notar que detém domínio de área pública municipal como tem sido insinuada pelas pessoas que estão frente ao poder público municipal. No que se refere aos lotes urbanos e lotes rurais que foram colocados à venda e vendidos pela empresa, somente vão receber o título de domínio o ocupante que não manifestou interesse, ou seja, os documentos estão legais e normais.

Entretanto, alguns ocupantes/compradores, ao invés de procurar a empresa, têm preferido propor medidas judiciais dizendo obter o domínio, quando de forma administrativa a situação poderia ser facilmente resolvida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Na Comunidade Santa Rita, as áreas de terras que acompanham a referida comunidade são de domínio da empresa. E são liberadas e podem ser transferidas aos compradores desde ontem. Todos os compradores mantêm contratos com a empresa vendedora e, entre os compromissos assumidos pelos compradores, está a obrigação de pagar, de que muitos deles deixaram de cumprir. Estas pessoas, assim como as outras que já cumpriram a obrigação de pagar o valor da aquisição do imóvel, da mesma forma poderão receber o título de domínio ficando vinculado o débito como é normal em transação dessa ordem.

Feita estas considerações, a empresa, de forma específica, passa a esclarecer três questões que vêm sendo objeto das discussões pelas pessoas que exercem cargos públicos municipais em Marcelândia.

Da Comunidade de Santa Rita

A área de terra localizada na Comunidade de Santa Rita é constituída por três porções de terras devidamente matriculada no Cartório de Imóveis na Comarca de Colíder-MT, livres e desembaraçadas, prontas para serem transferidas, como já propôs a empresa vendedora.

A constrição judicial que pesava sobre uma das matrículas já foi baixada, a empresa já providenciou o georreferenciamento das áreas de forma que seus ocupantes, que são os compradores, já podem receber os seus títulos de domínios.

Da Fazenda Tupã

Nos termos acertados com o Instituto de Terra de Mato Grosso - INTERMAT e com os proprietários da Fazenda Tupã, 800 alqueires paulistas já foram deixados à disposição do Estado de Mato Grosso para a implantação de um projeto de assentamento de trabalhadores rurais do Município de Marcelândia.

A efetivação do projeto depende, exclusivamente, dos técnicos do Instituto de Terra de Mato Grosso - INTERMAT, enquanto os advogados da empresa, os proprietários da fazenda e o representante da autarquia estadual já estão diligenciando, no sentido de formalizar a transação. Entretanto essa formalização não está impedindo que os trabalhos, visando a implantação do referido projeto, sejam iniciados e concluídos.

Das áreas públicas pretendidas pelo município de Marcelândia...”

É o caso da desafetação.

“Todos os projetos de loteamentos apresentados ao Poder Público Municipal que foram aprovados, a empresa transferiu o domínio das áreas públicas ao Município de Marcelândia, não havendo nenhuma pendência nesse sentido.

A pretensão das pessoas que estão frente ao Poder Legislativo Municipal e do Poder Executivo Municipal, no sentido de que áreas de domínio particular da empresa sejam transferidas ao Município de Marcelândia de forma gratuita, tem encontrado obstáculo na direção da empresa. Entretanto, a empresa está disposta a colaborar com o desenvolvimento do Município, assim como sempre fez, podendo, dentro dos limites suportáveis, fazer doações aos órgãos públicos, visando a instalação de parques industriais, edificação de casas populares, entre outras.

Volta a registrar que todas as áreas de imóveis ocupados pelo Poder Público Municipal, assim como aquelas que foram destinadas como áreas públicas nos projetos aprovados, todas, sem exceção, tiveram o domínio transferido, não havendo nenhuma pendência nesse sentido.

Feitas essas anotações, a Empresa Colonizadora, na pessoa do Sr. Celso Luiz Padovani, está à disposição para esclarecer qualquer outra indagação a respeito dos fatos que motivaram a realização da referida audiência pública, que deixa de comparecer por questão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

ordem pessoal, mas que, entretanto, poderá ser contatado pelo telefone 066-3536-1217 ou pelo telefone 066-9995-4893.”

Como é público, eu também faço a leitura do telefone nesta audiência pública.

“Assinado: Celso Padovani e Cia Ltda.

O Sr. Celso Luiz Padovani tem o registro tal e tal.

Encaminhado aos Srs. Deputados Pedro Satélite, Silval Barbosa e Verinha Araújo e à Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.”

Portanto, feita à leitura do documento que a Colonizadora passou à Mesa Diretora. Peço que registrem, devidamente, na sua totalidade, em Ata, esse documento.

Portanto, senhores, aqui estamos diante dos fatos. Existe o Poder constituído: Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores que alega o não recebimento dos documentos das áreas que são de domínio público.

Então, eu faço o encaminhamento, Presidente da Comissão de Terras, Deputado Pedro Satélite, e Deputada Verinha Araújo, ao Prefeito, aos Vereadores e aos participantes.

Eu tenho também em mãos, que me passou o Prefeito Municipal, as áreas que já estão registradas pela Colonizadora ao Município de Marcelândia; e também as áreas que anteriormente foram feitos os compromissos de passar para o domínio público e que não foram passadas. Este, sim, é o objeto do nosso trabalho: solucionar esses conflitos.

Os que estão matriculados, com número de matrícula são os imóveis:

“Creche/Vila Industrial - matrícula nº 14.899;

Posto de Saúde/Industrial - matrícula nº 14.900;

Clube da Criança - matrícula nº 11.608;

Hospital Municipal - matrícula nº 11.581;

Estádio Xirú e Pisquilha - matrícula nºs 11.939, 11.940 e 11.941.”

Em todos tem de onde foram extraídas as matrículas.

“Correio/Exatoria - matrícula nº 12.733;

Quadra/77/Praça - matrícula nº 12.802;

Vaca Mecânica - matrícula nºs 12.920 e 12.921;

Paço municipal, que é a prefeitura municipal - matrícula nºs 12.741 a 12.748, 12.755 e 12.756;

Córrego Beija Flor - matrícula nº 13.914;

Jardim Paraíso - matrícula nºs 11.950, 11.951;

Estádio Milton Soares - matrícula nº 13.913; e

Escola e Creche Vila Isabel - matrícula nº 15.403.”

Esse documento foi enviado pela Prefeitura Municipal.

A Prefeitura Municipal ainda alega, dentro de um acordo, que não é área de desafetação, porque ficou um compromisso, dentro da área de desafetação, de passar ou devolver - que assim seja denominado o nome - para o município os lotes do Parque de Exposição, com 20ha; do Programa Nossa Terra, Nossa Gente, com 120ha; da Cooperativa - mas aqui não tem o nome da cooperativa -, com 10ha; da Casa dos Índios, com 2,5ha; da Área para Pesca, com 2,5ha; do Aterro Sanitário, com 62,5ha; e da Área para Indústria, com 35ha - deve ser o parque industrial.

Também há áreas para casas populares. Existem dois projetos para casas populares: um de 200 casas, que deve ser o projeto de execução da prefeitura do município; e outro de 200 lotes da Caixa Econômica Federal, para construir duzentas casas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

É este, então, o pleito da Prefeitura, que é objeto da discussão. Faltariam, então, essas áreas que totalizam aí aproximadamente 350 hectares, que era um pré-acordo com o Município de Marcelândia.

Coloco também em pauta para a discussão logo em seguida e que fique devidamente registrado pelas nossas taquígrafas da Assembléia Legislativa.

Aqui o Prefeito também encaminhou algumas fotos dos locais do objeto do documento que acaba de ser lido.

A colonizadora também protocola nesta mesa documento datado de 30/01/2006, após a reunião da Assembléia Legislativa que aconteceu em 30 de novembro.

No dia 30/01/2006 a colonizadora protocolou no INCRA. Eu tenho cópia do protocolo do documento de reconhecimento do georreferenciamento que já foi executado, através...

“Declaro que os serviços de georreferenciamento foram executados pelo profissional Pedro Silvério Duarte, credenciado pelo INCRA...”

E aqui está o documento, então, protocolado no INCRA, com o número do protocolo do INCRA.

E também passa a esta mesa a cópia, nobre Deputada, das áreas dos documentos que foram lidas, das matrículas das áreas que foram passadas pela Prefeitura Municipal, que vamos registrar em Ata também.

Para um encaminhamento, pede a palavra, para uma questão de Ordem o Presidente da Câmara, João Cerqueira.

O SR. JOÃO CERQUEIRA - Deputado, ouvindo a leitura, fico até constrangido.

A gente não queria entrar em detalhes, mas, infelizmente, quando a gente passa a ter um descrédito, até porque o documento que está aí que diz que honra todo compromisso, Sr. Deputado, entristece a gente. Não é verdadeiro, não é verdade! Eu acho que é uma maneira de tentar enganar a comissão que está aqui. Eu gostaria que, após lidos e vistos os documentos que tem a Prefeitura de Marcelândia e que a Colonizadora envia aqui, medidas duras sejam tomadas ou contra nós, ou contra eles, ou contra aquele que mente para atrapalhar o trabalho dessa comissão, porque não é justo essa comissão se deslocar de Cuiabá e ter em mãos documentos que não é o real, que não é a verdade.

Por isso, eu gostaria, no intervalo, agora, do almoço, enquanto o povo vai fazer um lanche, rapidamente, que checássemos novamente o nosso pedido, para checarmos aquilo que a colonizadora disse que devolveu e aquilo que o município tem direito.

Esse é o meu pedido, Srs. Deputados, Deputada Verinha Araújo, Deputado Pedro Satélite. Nós temos gente suficiente da Assembléia, das partes, da colonizadora... Dá tempo de estipular um horário de meia hora para colocar o seu representante e discutir aqui. Não precisa ser aqui! Mas discutir com a parte técnica da Prefeitura, com os advogados da Câmara, da Prefeitura e da colonizadora e poder mostrar que não é verdadeira.

Eu gostaria que o Prefeito Adalberto confirmasse se isso é verdadeiro ou não. É isso que eu queria colocar nesta hora.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Presidente da Câmara, João Cerqueira, foi muito oportuna a sua colocação. De maneira alguma a Assembléia Legislativa vai punir a Câmara da forma que o senhor colocou, quem está faltando com a verdade, da forma que o senhor colocou em relação à Câmara Municipal e ao Prefeito Municipal.

Nós sabemos da luta de vocês e queremos parabenizá-los pela iniciativa. Agora, eu novamente volto a falar, é uma audiência pública, ela tem fé pública, e o que estão me entregando de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

documentos, tanto da Prefeitura como da parte da colonizadora, são documentos públicos. Aqui, com certeza, Sr. João Cerqueira, podem mentir ou tentar enganar o outro. Os documentos, todos que forem entregados, vão ser checados e serão tomadas as devidas providências. Eu tenho uma Procuradoria na Assembléia Legislativa, constituída por mais de vinte advogados, especialistas em todas as áreas.

Portanto, esses documentos não podem faltar com a verdade. Se faltarem com a verdade, elaboraremos um relatório da audiência pública e entregaremos em forma de denúncia para o Ministério Público tomar todas as devidas providências.

Portanto, os documentos têm fé pública (PALMAS).

Senhores, aqueles que estão querendo ou vão participar por três minutos da fala, eu vou abrir a inscrição. Estão aqui as nossas secretárias. Aquele que quiser falar... Eu também terei que limitar, num determinado momento, as inscrições, se forem muitas, porque o dia às vezes não dá.

A Deputada Verinha Araújo é membro da Comissão de Educação. A UNEMAT está com uma audiência pública requerida pela Assembléia Legislativa, e a Deputada Verinha Araújo, no Município de Tapurah, vai participar à tarde.

Eu vou abrir a inscrição. Por gentileza, alguns dos Srs. Vereadores já fizeram inscrição, mas pedem para participar logo em seguida. Eu vou limitar em três minutos para quem quer fazer a pergunta. Quem quer fazer a pergunta, por favor, levante a mão, que nós vamos levar o microfone até vocês. A primeira inscrição é de uma senhora. Ah, tem duas antes.

Quando for feita aqui embaixo, antes de falar, a pessoa se levante e, por favor, registre o seu nome, para que o nosso serviço de taquigrafia possa fazer os devidos registros.

Primeiro, concedo a palavra ao Sr. João Osmar dos Santos, do Assentamento Tupã, que dispõe de três minutos.

O SR. JOÃO OSMAR SANTOS - Bom-dia a todos!

Em nome do Assentamento Tupã, eu quero parabenizar os Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores presentes.

Eu queria lembrar o Sr. Pedro Satélite. Estou muito lembrado do Sr. Pedro Satélite, há quatro anos, quando o Assentamento Tupã fez uma reunião em que o senhor estava presente, na casa do finado Dr. Godam. E o Sr. Pedro Satélite estava lá, o Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, há três anos, quando fizeram uma reunião na casa do Sr. João Cerqueira só para tratar do assunto Tupã. O que eu quero pedir é o empenho dos Srs. Deputados, em nome do Assentamento Tupã, porque, infelizmente, Deputado Silval Barbosa, o povo está perdendo a crença na política. Eu tenho que falar, infelizmente, e vou falar, porque o Sr. Pedro Satélite nos fez muitas promessas e nos afastou depois, não sei por que motivo. Certo? (PALMAS).

Então, eu, como cidadão, tenho o direito de fazer as minhas perguntas. E gostaria que os senhores fizessem um empenho, de coração, que não fosse mais uma jogada política para resgatar o nosso voto, resgatar o povo de Marcelândia, mas sim resolver a nossa situação.

Eu peço de coração. Estamos ainda lá dentro, estamos sofrendo e dependemos daquela terra para não nos afastar de Marcelândia, que é só o que nos segura. Nós só queremos produzir.

Queremos agradecer de coração ao Prefeito Adalberto, ao João Cerqueira, que tem nos dado empenho.

Agora, eu quero de coração, Sr. Presidente, pedir que nos ajude, nos dê uma força, porque estamos precisando.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

E quero que vocês façam um empenho, resolvam o caso da Tupã, pelo amor de Deus, que o povo está precisando.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu vou fazer uma defesa aqui, Sr. João Osmar, e gostaria de contar com a compreensão de todos, porque esta é uma reunião de trabalho.

Realmente, tanto o Deputado Pedro Satélite e vários outros, inclusive eu, por algumas vezes, várias vezes, estivemos atendendo não só o Prefeito, não só os vereadores, mas também a Presidente do Sindicato que está coordenando esse assentamento e nós sempre procuramos ajudar para solução. Mas tem problema que cabe a você intermediar politicamente.

No caso da Tupã é um imbróglio jurídico, de direitos constituídos, que saiu da esfera do poder político para o judicial: o dono tem o título, o título tem uma compra que não sei se foram efetuados os compromissos pactuados pelas partes e, em cima dessa mesma área, já tem uma briga jurídica de compra e venda na Justiça. E, em cima dessa mesma área, tem uma ocupação de um assentamento.

Então, vejam bem, nós intermediamos politicamente, mas o acordo é judicial. Nós requeremos, pedimos a intervenção do Governo e foi feita através do INTERMAT, senão não dava acordo. Quantas vezes o Deputado Pedro Satélite, eu e a Assembléia Legislativa, evitamos - e aqui eu falo, nunca falei - a reintegração de posse pela polícia (PALMAS)? Ali não era para ter ninguém mais... (PALMAS) Nós cobramos do Governo porque conhecemos os trabalhadores, a maioria, e achamos que é uma injustiça, pela expectativa que foi criada, tirar essas pessoas e simplesmente jogar aonde. Por isso nós pedimos ao Governador e o Governador tem cumprido todas as reintegrações de posse. Nós pedimos politicamente para o Governo dar um tempo. E, direto, a Colonizadora critica os Deputados, também, porque está com essa interferência política. Nós fazemos a interferência política aqui porque conhecemos da expectativa que foi criada a vocês.

Portanto, eu quero, como Presidente da Mesa e da Assembléia Legislativa, isentar aqui, dizendo que o Deputado Pedro Satélite talvez não tenha cumprido aquilo que foi pactuado, que eu sei do trabalho como Presidente da Comissão de Terras, o que ele tem feito, mas, às vezes, foge do alcance, como é esse imbróglio judicial. E, assim mesmo, senhores, terá o assentamento porque a Assembléia Legislativa, a Prefeitura, a Câmara Municipal, o Governo do Estado, através do INTERMAT, entraram na briga e fizeram um acordo, por enquanto, verbal e moral de que tirariam do imbróglio, da briga da Justiça, oitocentos alqueires, dois mil hectares, para fazer o assentamento e o restante faria um acordo de uma parte para a Pronorte e uma parte para o dono da Fazenda Tupã, que é, eu acho, se não me falha a memória, o Sr. Avelino Tupã.

Então, essa é a verdade para ser restabelecida. Está acordado e o que nós vamos fazer é cumprir; e a Colonizadora também mandou documento dizendo que, da parte deles, está pronta para fazer o acordo que está no documento que eu acabei de ler: Homologar esse acordo.

Portanto, nós vamos chegar no Estado e vamos chamar o INTERMAT, vamos falar do acordo verbal e desse documento, a parte do Avelino, a Assessoria Jurídica da Colonizadora, e homologar o acordo. E solicitar, urgente, para o INCRA vir aqui fazer a demarcação e o assentamento das pessoas em cima de oitocentos alqueires. (PALMAS).

Com a palavra, o Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Eu pedi um aparte aqui mais para dizer, com muita tranquilidade ao nosso amigo Osmar, que pode ter alguém que tenha interesse igual a mim, mas ninguém tem interesse maior do que o meu. Porque quem deu a cara à tapa, Sr. Osmar, para fazer o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Requerimento da audiência pública que está se realizando hoje, foi o Deputado Pedro Satélite. E, se o Padovani entrou na justiça, questionou, não deixou que as coisas acontecessem, eu não posso ser condenado e nem posso aceitar o que ouvi aqui hoje. O meu trabalho é pautado em dignidade, sou Deputado de quatro mandatos e se o povo me deu quatro mandatos é porque toda a minha vida pública eu levei com dignidade e com honestidade. Tem ações em que eu estou trabalhando há quinze anos para resolver; têm ações da Gleba Divisa que já faz dezoito anos. E lá nós assentamento setecentas famílias. Então, não é de uma hora para outra. Agora, nós tivemos e temos a coragem de vir aqui e ouvir até aquilo que não merecemos ouvir.

Então, quero deixar bem claro, com todas as letras, que eu tenho o meu posicionamento, claro, líquido e certo, sou contra as injustiças que essa Empresa Padovani vem fazendo com o povo de Marcelândia e não admitido, não aceito ser tachado como alguém que vem aqui só para pedir voto. Não aceito porque a minha vida é pautada com dignidade, com honradez, e fazer aquilo dentro das minhas limitações. Então, aceito sim a frustrações do Osmar quando ele queria ter resolvido há quatro anos atrás. E quem lembra, na época, vai lembrar novamente hoje, naquela época eu falei: precisamos abrir uma CPI, caso contrário, não vai resolver o problema. Não tive apoio, ninguém mais continuou essa conversa e, infelizmente, ficou no que ficou.

Então, eu só quero aqui justificar, não resolve nada e também não vou polarizar com ninguém, apenas deixar claro para a sociedade que nós estamos ao lado de vocês. Não pensem, os senhores, que não sabemos ver tudo isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu tenho aqui várias inscrições, mas, antes, o prefeito solicita a palavra, pela Ordem.

Com a palavra, o Sr. Adalberto Diamante.

O SR. ADALBERTO NAVAIR DIAMANTE - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós ouvimos aqui leituras de declarações que falam sobre documentos passados para o município e que falam que parece haver algumas escrituras que posteriormente foram passadas para algum produtor. E para que fosse tudo bem claro, para que não houvesse nada de gato ensacado e, principalmente, para contribuir com a audiência pública, porque ela é institucional, é legítima, tem fé pública, nós não poderíamos deixar com que as coisas ficassem sem todo um esclarecimento, em seu 100%.

Então, naquelas áreas que foram relacionadas existem construções da prefeitura, e foram passadas escrituras. Mas não foram passadas em todas, que são de propriedade de vocês, propriedade do povo, não é minha, não. Essas escrituras são de áreas de quando a Colonizadora Maiká iniciou aqui, fez o seu registro, que eu me lembre, numa Portaria de 1982, do mês de abril. E o senhor se lembra também, Deputado Silval Barbosa. Naquela época, foi feito um projeto de colonização e aquela foi a colonizadora, com acertos e erros, mas foi a colonizadora que destinou o que era de obrigação do município, o que era do povo, para se fazer um projeto de colonização, para se lotear, vender, trazer o cidadão do Sul e começar uma cidade.

Ali tem leis, e dentro dessas leis têm as áreas destinadas para bem público, para uma construção estadual, para uma construção municipal. Então, nós não estamos aqui pedindo doação de empresário ou de qualquer proprietário particular. Nós queremos aquilo que é do município, há vinte e poucos anos (PALMAS). E as áreas que são do município há mais de 20 anos não têm que ser tomadas de volta! Quando fez a desafetação para que fizesse a regularização dos 19.000ha, aquela re-ratificação que os Srs. Deputados conhecem, passou pela Assembléia Legislativa, essa desafetação não era para dar o que era do povo de volta para o empresário, mas, sim, para regularizar, fazer a re-ratificação e escriturar, depois de regularizado, para o município de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

volta, porque as áreas que são do município nem são autorizadas por lei para serem doadas a alguém, porque ela é do povo e não pode ser doada para ninguém.

Então, são essas as colocações que pessoas bondosas fizeram, até para atender o social.

Nós providenciamos, esses dias, e enviamos para a Câmara, para que aprovassem a doação pela Prefeitura de um remanescente do Estádio Xiru e Pisquilha, para que se fizesse a sede da APAE. Mas nesse relatório estão dizendo que doaram áreas até para a APAE. Então, eu já peço que o Presidente da APAE apresente aqui essa doação desse terreno. Eu sei, com todo o respeito, que ele é uma pessoa super honesta e séria e ele não iria mentir para vocês. A APAE não tem nenhum terreno doado por ninguém! Vai ter, agora, aquele que nós providenciamos e pedimos a Câmara que nos autorizasse a passar para a APAE, como também o da construção da sede da CIRETRAN.

Então, também foi falado que foram passadas escrituras para colonos que compraram, como os da Santa Rita, por exemplo, e que já pagaram - não vou questionar aqui aquele que ainda falta terminar de pagar, mas aquele que já quitou -, depois daquele acordo feito por nós, da tentativa da boa vontade de fazer um entendimento lá na Assembléia Legislativa. Depois daquele dia, presente, então, uma escritura que foi passada para algum desses colonos de Santa Rita que comprou. Apresente-nos, porque eu não vi nenhuma ainda. Então, salvo engano, pode haver alguma, mas estão quase todos aí e poderão falar sobre isso.

E sobre os proprietários da Tupã, ele disse muito bem na carta aí, no relatório, que os proprietários já liberaram para o INTERMAT. Então, ele reconhece que os proprietários da Tupã... O Velini, ele mesmo reconhece na carta aí. Então, o que nós precisamos para a Tupã... Eu sei, e o João também é o maior sabedor disso e acompanha, que a Tupã já destinou não 2.000ha, mas 3.573ha para que se fizesse a parte destinada ao assentamento e a parte que eles exigiram para ficar para eles, para que eles tirassem o litígio da Justiça. Qualquer advogado esclarecido, inclusive da parte deles, pode esclarecer isso aqui em público. A Fazenda Tupã, os proprietários da Tupã já reconheceram a necessidade de tirar aquela parte da área destinada para o INTERMAT fazer o assentamento. E nós só precisamos que o empresário requerente, representante, com o nome de um preposto, Francisco Flávio Vitorino, que se coloca, inclusive, na condição de tentar despejar aqueles assentados que tem lá, porque há uma liminar do juiz para isso, mas nós não permitimos o despejo, aquele só precisa assinar o documento, pegar o que exigiu que a Tupã desse e liberar a Justiça. O restante nós fazemos. O Deputado sabe que o INTERMAT tem o recurso que está assegurado para Marcelândia para, no assentamento, ainda ser construída uma casa para cada um. Eu estou falando isso aqui. Não é discurso político. Essa é a realidade que acontece lá dentro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Olha, gente, eu vou começar, então. Eu vou pautar os assuntos. Eu vou conceder um tempo para o Presidente da Câmara e, logo em seguida, eu vou para as outras inscrições, até porque o Prefeito colocou bem claramente aquilo que foi falado aqui.

Então, eu gostaria que todos prestassem bem atenção para nós não ficarmos repetindo. Em relação a essa questão de “matriculou” ou “não matriculou”, amanhã mesmo nós já vamos requisitar a matrícula no cartório. A Assembléia Legislativa vai requisitar todas as matrículas no cartório para ver em nome de quem estão essas áreas.

Com a palavra o Presidente da Câmara João Cerqueira.

O SR. JOÃO CERQUEIRA - Eu quero aproveitar a oportunidade - é só um minuto - e dizer aos Deputados, Deputada Verinha Araújo, que esse tal de Vitorine é mais um laranja na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

história. Entende? Nunca Marcelândia conheceu esse cidadão. Ele nunca morou nesse município, é um testa de ferro que está lá no Paraná, judiando desses coitados aqui. Isso é uma vergonha para nós que moramos em Marcelândia. Nós que conhecemos a história de Marcelândia, há mais de 20 anos, sabemos que um laranja chegou aqui e está judiando de tantos coitados trabalhadores rurais desse município. Investiguem que vocês verão que eu estou falando a verdade aqui nesse município (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Fica registrada mais essa denúncia do Presidente da Câmara João Cerqueira.

Com a palavra a Sr^a Dirlei Meurer, da Comunidade de Santa Rica. Por gentileza, eu gostaria que providenciassem mais um microfone sem fio. Eu vi aqui um microfone sem fio... A senhora dispõe de três minutos.

A SR^a DIRLEI MEUNER - Primeiramente eu queria agradecer a todos os senhores por estarem aqui presentes. E também queria esclarecer o fato da Colonizadora dizer que nós não cumprimos com os pagamentos. Primeiramente, queremos que eles cumpram o que nos foi prometido no início da negociação que fizemos com eles.

Foi graças a eles não terem cumprido, prometeram aos moradores mais antigos, que já compraram há mais de cinco anos, a feccularia, que nós poderíamos pagar a terra em mandioca. Onde está a feccularia que eles tanto prometeram? E foi isso que fez com que nós comprássemos as terras deles aqui. Para isso, entregamos, minha família entregou terra escriturada no Município de Marechal Cândido Rondon. E eles prometeram para a minha família uma escritura em 60 dias. Até hoje não foi cumprido.

Então, também vou entregar a vocês uma ata que tenho das propriedades que nós temos para que vocês verifiquem se essa matrícula que está nos nossos contratos é realmente onde nós estamos. Era só isso. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Dona Dirlei, eu gostaria de saber da senhora ou de algum outro proprietário da Gleba Santa Rita, se existe algum documento, algum contrato por parte de vocês em que foi feita essa negociação de que a colonizadora receberia em mandioca, conforme a senhora falou. Se existir, eu gostaria de... Se não tiver agora, depois a senhora nos envie, através da Câmara, na Assembléia Legislativa. Isso é importante, essa fala da senhora.

Com a palavra, o Sr. José Mauro Macedo Lima, do Assentamento Tupã, que dispõe de três minutos.

O SR. JOSÉ MAURO MACEDO LIMA - Bom-dia a todos.

Bom-dia ao Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de fazer uma reivindicação e uma pergunta endereçada ao Deputado Pedro Satélite e ao Deputado Silval Barbosa.

No dia 27 de agosto de 2001, Srs. Deputados, se é verídico o fato de vocês assinarem um documento desmembrando para que o Assentamento Tupã fosse feito na época... O INTERMAT foi àquela localidade da Fazenda Tupã, que também tem diversos nomes: Ribeirão Grande, Fazenda São Francisco, Irmãos Coragem e muitos nomes em um só lugar.

Por isso, Sr. Deputado, eu gostaria que o senhor pudesse esclarecer a todos aqui presentes se foi feito pelo senhor e assinado na época. Eu morava lá e foi levado às pessoas que moravam naquele lugar esse documento com a assinatura dos senhores na época. Parece-me que o Deputado Riva presidia a Comissão de Terras naquele momento.

Eu gostaria de pedir também, reivindicar, que o Excelentíssimo Sr. Prefeito da cidade de Marcelândia colocasse um ônibus à disposição daquele povo sofrido. Nós não temos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

condição nem de trazer uma saca de arroz para limpar na cidade, porque nós não temos essas condições (PALMAS). As estradas foram deterioradas pelas máquinas, por aqueles que tiraram toras e que venderam, que muitas vezes não possuem filhos para levar à escola. Como eu possuo três filhos, se eu quiser trazer o meu filho para estudar, eu tenho que caminhar de quatro a cinco quilômetros. Portanto, eu tenho dois filhos fora da escola e uma que a minha mãe, que é avó dela, levou para estudar em Sinop. Mas é muito difícil para os demais pais que aqui estão presentes ver os filhos fora da escola (PALMAS). É difícil para a gente! (PALMAS).

Por isso, nobre Deputada Verinha Araújo, do PT, eu gostaria de fazer uma pergunta: a senhora tem filhos?

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE - Tenho três.

O SR. JOSÉ MAURO MACEDO LIMA - Tem estudo?

A Sr^a Verinha Araújo (FORA DO MICROFONE - Tem.

O SR. JOSÉ MAURO MACEDO LIMA - Então, a senhora poderia levar a reivindicação deste povo que aqui está. Não queremos nada, só que os filhos nossos estudem e uma parte de terra.

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Silval Barbosa, que pode ser respondida depois: dizem que lá foi desmembrada, que o INTERMAT está andando por lá. Posso ser testemunha disso, porque trabalhei para o INTERMAT lá dentro e tem três, cinco áreas de terra, uma parte para esse fulano, outra parte para aquele. Se vocês quiserem o nome dos fulanos eu falo. Uma parte do Velini, uma parte do Onofre, uma parte de um cidadão chamado Mancha, uma outra parte de um outro cidadão chamado Dr. Carlos. Dizem que foi desmembrado na Assembléia Legislativa, que possuem um documento feito lá e que passam ao lado da minha casa intimidando as pessoas, dizendo que vai ser despejado, ou vende por qualquer coisa, ou vai ser despejado dali.

É só isso que eu tenho a pedir aos senhores.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Senhores, para ser bem objetivo... Eu vou ser bem objetivo, porque tem muitas pessoas inscritas, eu vou ser bem objetivo no tocante a mim, e quem sabe eu já falo pela Assembléia. O que faltar, para complementar, eu passo para os Deputados, ao Prefeito, as perguntas que forem direcionadas a ele, eu solicito que anote e responda logo mais.

Eu, hoje, sou Presidente da Assembléia Legislativa, não participo de Comissão, mas quando não era, durante mais de sete anos, fui membro efetivo da Comissão de Terras e presidi a Comissão de Terras por algum tempo. Fora disso, quando não era eu o Presidente, era o Deputado Pedro Satélite. E o Deputado sempre foi membro da Comissão de Terras.

Em Marcelândia, os únicos títulos de que me lembro com certeza que foram passados na Comissão de Terra foram os de rerratificação, de dezenove, aproximadamente quase vinte mil hectares. O que é rerratificação? Tinha problemas de localização. Esse título era reconhecido pelo INTERMAT. Para localizá-lo na área de Marcelândia, da cidade e do núcleo urbano que é chácara, o INTERMAT fez todo esse trabalho e mandou para a Assembléia Legislativa. Aí sim tramitou na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Terras e passou pelo Plenário a leitura da rerratificação. Isso foi feito e foi aprovado pela Assembléia esse documento do INTERMAT. O que isso significa? Agora volto a falar aquilo que o Adalberto colocou. Todos aqueles que têm as chácaras dentro desses vinte mil hectares ou que tem um lote aqui na cidade que não poderia fazer documento, que não tinha o título, hoje pode documentar. A colonizadora pode fazer a matrícula, desmembrar e fazer a escritura para todos. E nenhum outro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

documento mais passou para desmembrarmos da Tupã. Quem está usando esse documento é falso, com certeza absoluta (PALMAS). Se alguém tiver cópia ou nome de quem tiver esse documento entregue-nos, por favor.

Sobre transporte escolar, a Deputada Verinha Araújo vai responder logo mais.

Com a palavra, Sr^a Maria Izildinha, Presidente da Associação dos Camponeses.

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - Bom-dia a todos!

Quero cumprimentar e agradecer a presença de vocês aqui.

A minha pergunta é em relação a um ofício presidencial do INTERMAT, datado de 27 de agosto de 2001, o qual protocolava terras para fins de assentamento. Foi requerido pelo sindicato na época doze mil quatrocentos e cinquenta hectares. E foi recebida a resposta, em ofício do INTERMAT, de que estariam disponíveis para assentamento. Passo em mãos, se for o caso.

Então, eu gostaria de saber a responsabilidade do Estado, do órgão, no caso, em relação a esses 12.450 hectares que foram protocolados (PAUSA).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A senhora quer concluir? Porque enquanto o outro usa a palavra, ou a senhora concluindo, eu fazer a leitura deste.

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - Seria uma outra pergunta, porque nós temos conhecimento, através da Câmara Municipal dos Vereadores, que a garantia, diante dos Deputados, de que no assentamento, em momento nenhum aconteceria despejo, que as pessoas permaneceriam na terra mediante qualquer negociação

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Veja bem, aqui tem um documento que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, quando o então Presidente, Adelar Duarte, protocolou requerendo ao Presidente Aparecido Alves uma área de 12.450 hectares, solicitando para fazer assentamento. Obteve uma resposta.

O ofício foi protocolado no dia... Não tem data do protocolo neste ofício, mas foi encaminhado no dia 30 de maio de 2001. E houve uma resposta?

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - Deputado, eu tenho uma cópia. No caso, ofícios originais passaram pelas nossas mãos, mas na época nós recebemos...

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Não. Tudo bem. Não tem...

Já tem a resposta do ofício? Tudo bem, eu quero ver se é o mesmo ofício.

Tem uma resposta aqui ao Sr. Adelar Duarte. Esse é do dia 27 de agosto de 2001.

“Sr. Presidente,

Em entendimento ao expediente formulado por Vossa Excelência, vimos comunicar que a área denominada Fazenda Tupã é objeto de arrecadação pelo INTERMAT, sob o protocolo número tal e com o objetivo de regularizar o assentamento dos trabalhadores rurais de terra do Município de Marcelândia.

Agradecemos a especial atenção e colocamo-nos à disposição, renovando os protestos de elevada estima e distinta consideração”.

Quem assinou foi o Sr. João Carlos Cerqueira - que não é ele - Assessor Técnico da Presidência.

É objeto de arrecadação, mas aqui o Assessor Técnico... É uma área documentada, ele deve... No meu entendimento, ele falou que era objeto de arrecadação, mas como lá é um título - conforme expliquei anteriormente - reconhecido pelo Estado, ele só tinha uma forma de responder isso aqui. Isso aqui se fosse objeto de desapropriação pelo Estado...

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - Eu poderia continuar? É rápido!

Deputado...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A senhora perguntou sobre a liminar. A liminar nós seguramos, como eu falei, politicamente, até um determinado ponto. Mas vocês sabem... Eu não poderia nem estar falando isso aqui!

Liminar, decisão da Justiça, cumpra-se. Mas, para cumprir, eles precisam do apoio do Governo e o apoio é a polícia. E é isso que nós solicitamos ao Governo para dar um prazo, ter a paciência até resolver o problema e é o que está sendo feito.

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - E se essa área de oitocentos alqueires não foi suficiente para esse total de famílias que estão lá, a Tupã já destinou oitocentos alqueires, como foi falado na Mesa, e, no caso, o que é que o Estado poderia estar fazendo para estar assentando essas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Veja bem, no documento aqui, o Prefeito e a Câmara pedem mais terras para fazer o Programa Nossa Terra, Nossa Gente, de mais cento vinte hectares, e que nós vamos tratar isso, vamos dar o desdobramento desta audiência pública. Nós vamos entrar em contato, vamos ter uma outra audiência com a colonizadora para tratar de todos esses assuntos que estão sendo discutidos. Agora, se não der, se não for suficiente, é lógico que o Estado, dentro desse Programa Varredura, se vai identificar mais uma área para assentamento ou o Estado vai entrar com desapropriação ou sei lá, identificar, é uma outra luta que nós poderemos estar ajudando o encaminhamento por parte de vocês do Sindicato.

A SR^a MARIA IZILDINHA NASCIMENTO - Eu agradeço, e agradeço pelo senhor ter mandado uma resposta, por muitas vezes estive na presença do senhor reivindicando, do Deputado Pedro Satélite também, estive na Assembléia.

Então, para que tomem conhecimento, a turma da Tupã, muitas vezes, anunciaram uma resposta vaga lá na Tupã, mas a gente está sempre correndo. Já fui várias vezes no INTERMAT, na Assembléia Legislativa, estou sempre falando com o Deputado Silval Barbosa. Essa é uma resposta minha para o povo.

E agradecemos a presença de vocês porque a legitimidade da coisa começa por aqui. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado.

De fato, a Dona Maria sempre tem nos procurado, telefonado, na busca da solução.

Queremos convidar o Sr. Arnelindo Rebeschini, nosso amigo Rebeschini, da madeireira. Prazer em rever o senhor.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Eu quero fazer uma pergunta ao Deputado Silval: Vocês foram corretores da Colonizadora, você e o Adalberto, não foram?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Ok, minha família, eu aqui transportei muitos compradores de terra do Paraná para cá.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Eu sou um dos primeiros compradores, um dos primeiros moradores de Marcelândia. Faz vinte e oito anos que estou aqui. Eu quero saber agora quem é o responsável pelas áreas que foram vendidas. Quem é responsável para legalizar?... (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Todo objeto, Rebeschini, de negociação, tem um vendedor e tem um comprador. Quem vendeu, e vendeu no compromisso de regularizar, é o responsável de fazer os devidos registros da documentação.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Mas quem é o responsável hoje?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quem é responsável... Eu não sei como foi o objeto da transação e qual o montante da negociação que envolveu na negociação do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Bianchini, da Colonizadora Maiká com a colonizadora Pronorte. Se no documento vendeu do total espólio, o total que entrou todo a colonizadora e a responsabilidade, se foi objeto da negociação quem é o responsável seria o que assumiu a colonizadora por integral.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Essa colonizadora foi transferida? A Colonizadora Maiká foi transferida?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Aí eu não sei. É o que eu falei, eu não conheço o objeto da negociação.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Então nós gostaríamos de uma resposta disso, outro dia ou daqui uns dias a mais.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Fica registrado, então, esse pedido nesta audiência, nós iremos dar a resposta e solicitar também essa documentação.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - É, faz vinte oito anos que eu estou pedindo a escritura e até hoje não vi. E não tem ninguém responsável hoje por isso. Então, nós queremos alguém responsável, tem que ter alguém. Se venderam, tem que ter alguém que vendeu que seja responsável, porque eu paguei, comprei, paguei e até hoje não tenho documento nenhum. Tenho contrato de compra. E as áreas que vocês venderam, como é que ficou? O Adalberto vendeu, você vendeu, como é que ficou?

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito bem, Rebeschini. O que é que nós, eu, particularmente, e minha família, fazíamos. Nós tínhamos um escritório de corretagem no Paraná. O que é que nós fazíamos? Confiando, nós, inclusive, compramos áreas aqui em Marcelândia direto da Colonizadora. Nós fazíamos a venda da Colonizadora. Quem era responsável... Tanto eu, como o Adalberto e todos os corretores da imigração que houve em Marcelândia éramos objeto de interlocução da negociação, mas as partes é que eram responsáveis. E o Bianchini tinha aqui algumas matrículas - objeto de discussão, hoje. Porque, hoje, aqui abriu uma discussão jurídica entre Estado e União, uma ação discriminatória de um 1.200.000ha que está sendo discutida. Quem propôs a discriminatória foi o Estado, e não a União. Portanto, tem um acordo do Governo do Estado com a União em que, após feito um processo de varredura de identificação de todas as áreas, de ver a legitimidade desses títulos, aqueles que forem verdadeiro serão reconhecidos. Aqueles títulos, os famosos voadores serão desclassificados, e o Estado fará a regularização fundiária.

Diante de tantos problemas, de tantas denúncias que houve na época aqui, o Estado está fazendo essa varredura, que está próxima de terminar. Já foram feitos mais de 70% de toda a área da Gleba Maiká.

E aí, sim, Rebeschini, aqueles títulos que não são da Colonizadora ou que algum outro proprietário, produtor tem, se for reconhecido como legítimo no Estado, que era da União, vai ser reconhecido. Se não, estaca zero. Vai o Estado fazer o desmembramento de cada área desses produtores que estão em cima e vão titular. E vai cobrar - antes que o senhor me pergunte - o preço de pauta, que, por enquanto, está pactuado em R\$70,00 por hectare.

O SR. ARMELINDO REBESCHINI - Então, a colonizadora não era legalizada. A Maiká vendia terras que não eram dela.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Se foram vendidas, mas não eram dela, aqueles títulos que são dela, Rebeschini, se for reconhecido pelo Estado, vão ser desmembrados. Aqueles famosos títulos voadores que foram falsificados e montados no compromisso de que era a verdade vão ser cancelados, com certeza absoluta.

O SR. ARNELINDO REBESCHINI - Está bom! Obrigado pela resposta!

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Ok!

Com a palavra, o Professor Marafon.

O SR. MARAFON - Bom-dia a todos e a todas!

O Presidente já quase respondeu a minha pergunta. Eu sou procurador do meu pai. Em 1976, ele comprou uma terra, quitada com todo o INCRA aqui certinho, desmembrada de uma área de 9.902ha. Nós moramos aqui desde 1983, temos essa escritura, pagamos o INCRA e, se não me engano, há três ou quatro anos, o INCRA começou a não vir mais.

Então, quase respondeu a pergunta. As pessoas que têm essa escritura, dizendo que o imóvel se encontra transcrito no 2º Cartório, em Cuiabá, certinho - e pelo o que eu entendo, essa escritura é verdadeira -, o que elas, enquanto proprietárias dessas áreas, têm mais a fazer? Eu entendo que da BR cem quilômetros à esquerda é da União, não é do INTERMAT, nem de Mato Grosso. Eu sei que nós estamos regularizando... Em relação a essas pessoas que compraram terras lá, quando começou a colonizadora, em 1976, 1977, nós entendemos que é INCRA. O INCRA está acima do INTERMAT. Não vamos questionar o mérito. Então, nós entendemos que a nossa área está documentada, com todos os pontos aqui de referência, e eu creio que nada mais tem que fazer, apenas confrontar os vizinhos e dizer que está legal. É isso que eu entendo, porque muita gente aqui tem escritura há muito tempo, e eu creio que está certo. Então, nós entendemos que não precisa fazer mais nada, já que tem uma escritura; escritura é feita em cartório; e em cartório, eu acho, não se pode brincar. Caso contrário os responsáveis têm de responder por isso.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Sr. Marafon, a pergunta do senhor está atrelada à pergunta do Rebeschini. O que aconteceu no Estado de Mato Grosso, acontece até hoje e está fechando vários cartórios no Estado de Mato Grosso é o reconhecimento de título frio. Isso, mais cedo ou mais tarde, não adianta, se não for na sua geração, mais tarde vai gerar discussão em outras gerações. E é por isso que o INTERMAT entrou com esse trabalho de varredura. Aqueles títulos que são legítimos - como, no caso, esse que o senhor alega -, se realmente estiverem constatados na matrícula original, certamente serão reconhecidos. Se não, eles vão ter a origem de onde vieram.

Então, está sendo feito todo esse trabalho. Agora que nem todos cartórios são corretos e sérios, não são, porque estão fechando muitos cartórios, envolvidos em rolos de terras, escriturando terras até o décimo andar aí pelo Estado afora.

Tem um senhor aqui, e eu gostaria que passasse o microfone a ele, porque ele quer fazer uso da fala. Eu só pediria que o senhor se identificasse, para ficar registrado pelo serviço de taquigrafia.

O SR. ANTÔNIO LUIZ SIMONETE - Eu sou Antônio Luiz Simonete. Comprei uma terra. E é justamente o seguinte: foi feita a escritura - a minha e a do meu vizinho, que hoje passou a ter as terras do Sr. Arnóbio -; foram tiradas fotocópias e registradas no Cartório do 6º Ofício, em Cuiabá; foram feitos todos os documentos de que se precisa, mas, hoje, me dizem que não vale nada! Isso é verdade! Eu comprei a terra dos senhores. Isso é uma vergonha! Fiquei não sei quantos dias em Cuiabá, fiz tudo o que precisava fazer, e agora me dizem que não vale nada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero parabenizar... Eu conheço...

(O SR. ANTÔNIO LUIZ SIMONETE EMOCIONA-SE, IMPOSSIBILITANDO O REGISTRO TAQUIGRÁFICO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos registrar que quem fez uso da fala foi o Sr. Antônio Simonete.

Sr. Antônio, todos esses documentos em que o INTERMAT está fazendo a varredura, estando registrados no Cartório do 6º Ofício e depois de feito o levantamento, serão reconhecidos pelo Varredura. É esse o trabalho que está sendo feito. Tem vários títulos aqui na Colonizadora - eu disse isso antes - que vão ser reconhecidos dentro do Programa Varredura, assim como têm vários títulos aqui que não vão ser reconhecidos. Portanto, fica aqui o seu registro e vamos aguardar. Assim que for feito todo o levantamento, o INTERMAT vai passar para a Assembléia Legislativa um levantamento de todos esses processos nos informando o que é verdadeiro e o que é falso.

Tem mais alguma inscrição?

Com a palavra, o Sr. Arnóbio Vieira de Andrade.

O SR. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada, senhores da mesa.

Eu fui citado nominalmente por um funcionário, se diz funcionário do INTERMAT, de que eu teria comprado parte da área do Tupã.

Não. Nunca fiz nenhum tipo de negócio com a Colonizadora Pronorte. Nunca comprei um hectare de terra da Pronorte. Não tenho nenhum relacionamento com o pessoal da Pronorte.

Ali no Tupã eu não tenho nada. Os senhores que estão lá são testemunhas disso (PALMAS).

Eu gostaria que o cidadão, numa demonstração de bom caráter, retificasse o que foi dito aqui, porque a primeira reunião que foi feita em Marcelândia tentando resolver o problema fundiário desta cidade neste Governo Blairo Maggi foi convocada por mim, que humildemente me dirigi a Cuiabá. Convidamos o Sr. Jair Mariano, que aqui esteve. Fui acompanhado pelos Deputados até a presença do Governador. Lá estiveram o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa, o Presidente da Comissão de Terras, Deputado Pedro Satélite, o Deputado Dilceu Dal Bosco. Quem marcou e agendou essa reunião foi o Deputado Federal Ricarte de Freitas.

Naquela ocasião, eu ponderei ao Governador do Estado que nós fomos compradores de boa fé, recebemos escritura e não tínhamos como duvidar do Governo do Estado, porque um cidadão que mora num Estado e não acredita e não confia em seu Governador não deve morar naquele Estado (PALMAS).

E a origem dessas terras, a origem da venda dessas terras partiu dos Governadores de Estado. Eu tenho aqui um título assinado por Ponce de Arruda, em 1961. Então, por ali desfilarão as figuras tidas como as mais ilustres deste Estado. Ocupou o Palácio, Fernando Correa da Costa; depois, José Fragelli, João Ponce de Arruda, Garcia Neto e outros que até deslustraram um pouco a classe política com ações espúrias, mas estavam ali investidos no mais alto cargo do Estado.

Eu queria fazer um apelo, Sr. Presidente, o senhor que nos acompanhou, que nos monitorou com informações, que explicasse para o Governador do Estado que daquela reunião nós não obtivemos nenhuma resposta pela via oficial. Entretanto, eu consegui uma cópia de expediente feito pelo Presidente do INTERMAT ao Governador do Estado dizendo que eram os pretensos proprietários e, na realidade, não são os pretensos proprietários (PALMAS).

Somos proprietários de fato e de direito, porque sabemos que o Governo do Estado é um homem de bem, a Assembléia é constituída por homens e mulheres sérios. Apesar da crise ouvi, hoje, com muita tristeza o Deputado dizer que o povo não acreditava mais na classe política.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Aqui está uma prova de que nós acreditamos em alguns políticos, acreditamos nos senhores (PALMAS), porque seria muito mais cômodo para todos nós se estivéssemos, neste momento, cuidando dos nossos afazeres domésticos em nossas casas. Mas nós aqui comparecemos atendendo o chamamento que nos foi feito pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara e pelos senhores, para dizer que nós confiamos no trabalho dos senhores. Esperamos que as injustiças que vêm sendo praticadas, não só em Marcelândia, mas no Brasil inteiro, sejam corrigidas a partir de Marcelândia.

A nossa economia, Deputado, é como uma mesa de quatro pernas. Uma delas é a extração da madeira, é a exploração da madeira, e essa perna foi quebrada pela Ministra Marina Silva. A outra perna é a agricultura que está em frangalhos, porque o coitado que planta o arroz, o feijão e a soja não consegue preço no mercado, porque o Presidente da República, que aí foi elogiado... Eu acho que os senhores estão vendo o Presidente da República e seu governo com olhos diferentes dos meus, porque o povo está angustiado (PALMAS), o povo está sofrido sem poder falar, as mãos estão contidas e o Presidente está importando gêneros alimentícios de outros países ao invés de subsidiar a nossa agricultura. Quantos coitados trabalham o mês inteiro para produzir uma miséria de arroz e não tem nenhum amparo do Governo Federal (PALMAS)? A nossa pecuária está de muletas e está na fila também para ser quebrada, porque hoje uma arroba de boi é quarenta reais. É uma política econômica caótica. Se nós matarmos as galinhas, nós não teremos ovos. Estão matando os empresários (PALMAS). Estão aniquilando os patrões, dizendo amém ao Presidente da República, que diz que não sabe de nada, que não vê nada, que não enxerga nada. Eu ouvi há poucos minutos uma declaração de que o Ministro da Fazenda já está demissionário por fraude e por corrupções. Então, vejam os senhores em que país nós estamos. E o outro pé da mesa é o comércio, que depende da agricultura, do lavrador humilde que faz suas compra, da pecuária, dos madeireiros. Os comerciantes não têm mais para quem vender.

O Estado de Mato Grosso está em dificuldade financeira porque a arrecadação caiu, e caiu enormemente. Já é hora de se fazer neste país uma política, não a política da hipocrisia, mas a política da sinceridade, do olho no olho, da cara na cara, igual eu estou fazendo aqui (PALMAS), dizendo para este amigo que aquelas pessoas que foram dizer para ele que eu era dono de parte do Tupã, não vou dizer que mentiram, se equivocaram, porque as propriedades que eu tenho em Marcelândia, os senhores todos são testemunhas, foram compradas, registradas e escrituradas. Muitos dos que estão aqui já trabalharam para mim e receberam religiosamente o salário (PALMAS).

Então, Presidente, eu peço a Vossa Excelência que leve ao nosso Governador do Estado esse problema fundiário está muito fácil de ser solucionado, o Governador é homem de bem, os senhores são homens de bom caráter, que resolvam essa situação, que retifiquem e ratifiquem os títulos, porque esse problema de Marcelândia, Deputado, o senhor sabe, o Município de Chapada dos Guimarães era maior que o Estado de São Paulo e foram emitidos títulos a torto e a direito e hoje não é justo que nós sejamos penalizados. Com essas palavras, eu abraço todos os senhores, dizendo aos senhores que eu ainda confio na classe política, confio em homens e mulheres como vocês que aqui estão para mostrarem a cara e ajudarem a encontrar solução para os nossos problemas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Eu quero confirmar o que o senhor Arnóbio colocou sobre a audiência com o Governador. Nós estivemos presente e lá o Sr. Arnóbio entregou um levantamento de uma relação de vários títulos de terras aqui de Marcelândia. É como o Sr. Antônio Simonete colocou aqui - e esses títulos o Governador remeteu para o INTERMAT para anexar no processo do Varredura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

O que é varredura? Só para explicar aqui, vou citar o Sr. Antônio Simonete: o INTERMAT vai lá na área dele, vai fazer a varredura - o que é varredura? - vai delimitar os cantos onde está a propriedade dele e solicita se ele tem alguma documentação. Ele apresenta a documentação, deve ter apresentado, o Sr. Antônio Simonete está ali e confirma, deve ter apresentado cópia da escritura registrada no 6º Ofício, assim como ele declarou. Isso é anexado no processo do levantamento da área. E aí, concluindo tudo, o INTERMAT vai verificar aqueles títulos, se são verdadeiros ou não, e vai remeter para a apreciação da Assembléia Legislativa.

Então, é muito cedo para fazer um pré-julgamento de que todos os títulos são frios ou verdadeiros.

Eu já sei de antemão que têm alguns frios como sei de antemão que têm alguns verdadeiros. Só que não podemos falar de “A” ou “B” porque não foi concluído ainda o processo de varredura. E também esse encaminhamento que o Sr. Arnóbio fez aqui, e fica registrado o desabafo do Sr. Arnóbio.

O País, a economia não vai bem, todo mundo sabe. Todos nós estamos sofrendo na pele. O setor madeireiro vai bem? Não.

A Assembléia Legislativa agora aprovou uma lei para pelo menos dar tranqüilidade para o madeireiro, para sair daquela extorsão do IBAMA, para sair da extorsão de uma cadeia que vivia aqui cobrando, vendendo guia falsa, enfim, dando prejuízo para o Estado também.

Na agricultura nós sabemos o problema que está aí. Se não mudar essa política econômica, não vai adiantar nada, porque hoje quem está ganhando dinheiro são só os especuladores, só os banqueiros. Os banqueiros estão ganhando mais de um bilhão por mês. Aqueles que especulam o mercado, que vêm a hora triste do produtor, vêm naquela especulação para ganhar o dinheiro no mercado, os bancos e outros que especulam o mercado.

Então, infelizmente, nesses quatro pés que colocou o Sr. Arnóbio, ele tem razão, tem que mudar a política econômica. Agora, cabe a todos nós... O Congresso Nacional está numa descrença total. Aqui foi colocado no início, o povo está desacreditado na classe política. A classe política está fragilizada, sim. Só um cego não quer ver. É mensalão para cá, é mala-preta para cá e outros e outros e outros. Têm razão vocês, e a economia sendo penalizada.

Agora, o que é que vamos fazer, meu Deus! É a política econômica! Está aqui a Deputada Verinha Araújo que tem ajudado tanto, é do PT, certamente vai falar sobre isso. Agora, eu quero contar com a compreensão de vocês. Nós viemos na audiência pública e vamos anotar tudo o que está sendo falado, registrar tudo e vamos dar resposta em outra audiência pública como esta aqui, em Marcelândia.

Portanto, encerraram-se as inscrições, aqui não tem ninguém inscrito.

E, para encerrar os trabalhos, eu vou passar às conclusões para a Mesa.

Com a palavra, a nobre Deputada Verinha Araújo...

O Sr. Pedro Satélite - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, antes da Deputada Verinha Araújo, o nobre Deputado Pedro Satélite.

O SR. PEDRO SATÉLITE - Estou pedindo aqui, muito calmamente, olhando no olho de cada um dos senhores, do Sr. Arnóbio também, se estivesse aqui na minha frente que, com certeza, nós não nos incluímos nessa safadeza de mensalão e falcatruas que existem. Nós não nos incluímos, Deputada Verinha Araújo, estamos fora disso. Agora, nós incluímos em quê? Pautar a nossa vida com dignidade e estamos fazendo o nosso trabalho com muita dificuldade. Vocês

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

perceberam que tem questões aqui de 1980, de 1981, mas é o grande momento em que nós estamos trabalhando para tentar resolver esse problema.

Se no passado, eu falo inclusive para o Sr. Arnóbio, se no passado alguém fez alguma coisa errada, eu não concordo que o Sr. Arnóbio e outros sejam penalizados. Não concordo! É por isso que nós queremos ratificar esses títulos. Se eles são verdadeiros, estão valendo e acabou; se não são verdadeiros, nós queremos torná-los verdadeiros. E, como vamos torná-los verdadeiros? Fazendo o que o INTERMAT e o Governo do Estado vêm fazendo, dar um título quente e verdadeiro, porque foi comprado, sim, em Mato Grosso.

Muitos títulos foram remontados, como o Presidente já falou, e nós não temos culpa disso. Isso foi há quarenta, cinqüenta, sessenta anos. E não vão os senhores pensar que não tinha políticos sem-vergonha, malandro, na época da ditadura, também. Tinha e tinha sim, às vezes pior do que tem hoje. Então, se hoje tem erro, que não me incluo nisso, tinha no passado. E agora esse pepino vem estourar aonde, Deputada Verinha Araújo? Vem estourar em nossas mãos, vem estourar agora na minha gestão, como Deputado, Silval Barbosa como Presidente.

Mas nós estamos aqui olhando no olho de cada um para ao mesmo darmos uma solução e tentarmos resolver uma solução e tentarmos resolver esse problema. E não tenham dívida, nós vamos resolver.

Eu quero sair deste plenário, hoje, depois de ouvirmos a Deputada Verinha Araújo... Se nós entendermos que vai ter um grande entendimento com a Padovani, inclusive, que está muito errada, errada e eu gostaria que o Celso estivesse aqui para olhar no olho dele, olhar no olho dele e sem medo, e gostaria que ele estivesse aqui... (PALMAS)... porque nunca, nunca bancou campanha nenhuma minha. Eu não aceito e estou fazendo um desabafo, nunca estive do lado dele, porque ele está no lado da maior mentira que tem neste Estado... (MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA).

E declaro publicamente, e se aqui não for resolvido, Deputado Silval Barbosa, eu vou requerer oralmente, que isso aqui tem fé pública. Já conversamos com a Deputada Verinha Araújo, nós faremos o que eu tentei fazer, Srs. Osmar e João, há quatro anos, uma CPI. E essa CPI tem resultado, sim. Aqui em Mato Grosso teve a CPI do narcotráfico, nós colocamos malandros na cadeia. A CPI da terra, lá em Novo Mundo, nós tiramos quatrocentos mil hectares da terra, vereadora - a Deputada Serys também participou. Na mão de nós três, assentamos mil famílias lá em Novo Mundo. E, se for preciso, aqui também... (PALMAS)... nós faremos isso.

Então, já deixo aqui bem claro, requero neste momento, precisamos de oito assinaturas, nós queremos uma CPI no Município de Marcelândia. Eu não... (PALMAS)... queria chegar a esse extremo, mas quando vejo um cidadão de bem chorar na minha frente, pessoas humildes chorando na nossa frente, nós não podemos mais tentar negociar. Ora, não dá mais para negociar com esse povo. Eu não negocio.

Tem um documento em que eu convidei o Ministério Público, o Ministério Público tem fé pública, Deputada, para estar aqui, e não pôde estar, mas tudo o que for falado aqui hoje à tarde ou amanhã estará na mão do Ministério Público.

E, tenho certeza, Marcelândia ainda terá a vitória e verá em breve toda essa safadeza que vem acontecendo ser desmascarada. E aquilo que estiver certo... Se o Sr. Padovani, Bianchini, ou seja lá quem for grilou terra ou está colocando laranjas, como o João denunciou, esses laranjas também vão ser denunciados, e essa terra, Deputada Verinha Araújo, será para fazer assentamento. Essa terra vai para as pessoas, para os pequenos produtores (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Agora eu preciso que cada um dos senhores peça lá na Assembléia Legislativa. Nós precisamos de 08 assinaturas para abrir essa CPI. Da última vez, eu não consegui, há quatro anos. Mas, quem sabe, hoje com esta audiência pública - nós já temos três aqui... Peçam aos demais Deputados, que vêm pedir voto aqui e que hoje não estão aqui presentes, que assinem a CPI, porque nós vamos assinar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra a Deputada Verinha Araújo.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde já, porque nós iniciamos aqui um pouco além das 10:00 horas e já são 13:00 horas. A participação maciça da população é o significado da importância para a vida de vocês neste debate.

Eu nunca estive aqui em Marcelândia para pedir voto. Muitos de vocês nunca me viram, não me conheciam. No entanto, quando eu, lá na Assembléia Legislativa, recebi, pela primeira vez, a comissão daqui, senti na fala de muitos moradores e moradoras que lá estiveram, naquele dia, a angústia. Muitos chorando, homens e mulheres, em razão enfrentamento que estavam fazendo aqui sobre suas propriedades, inclusive o que fizeram, saindo do Paraná, do Sul, para chegar aqui, deixando propriedades e famílias e das dificuldades que estavam e estão enfrentando, para terem, no mínimo, o documento para poder ter financiamento, para poder ter dignidade. Nós, então, estivemos, junto com outros colegas Parlamentares na busca de uma solução.

Naquela reunião de novembro, cuja Ata eu li aqui no início da reunião, foram assumidos compromissos. Eu pedi aqui que vocês se pronunciassem, e o prefeito se pronunciou, confirmando que muitos daqueles compromissos não foram cumpridos. Nós estamos retornando aqui hoje, essa comissão, para recolher documentos, recolher depoimentos para darmos um prosseguimento, darmos uma solução, porque uma cidade inteira que vive praticamente submetida a uma situação fundiária, o Poder Público tem que agir, o Estado, a União e a Assembléia Legislativa (PALMAS). Não é possível que toda uma população sofrida, conforme vários depoimentos que ouvi aqui, fique a depor, a contar sua situação, e a gente fique postergando isso por mais não sei quantos anos.

Eu quero dizer que estou aqui com um compromisso. Eu não vim aqui para fazer discurso fácil, não! Se não já tinha feito no início, ganhado palmas e tinha ido embora. Eu pedi para falar por último, porque eu queria ouvir e ouvi bastante.

Digo ao senhor que se referiu aqui ao Presidente Lula que eu sou apoiadora do Presidente Lula, defendo o seu Governo, e digo que a herança que o Presidente Lula recebeu de mais de 500 anos não foi construída nesses três anos que nós estamos governando, não! A situação agrária, fundiária... Inclusive, nós precisamos saber se a Padovani é, de fato, a dona originária dessas terras; se isso não é terra da União, se não é terra pública. Nós vamos ter que confirmar isso agora nessa CPI (PALMAS)! Nós vamos ter que buscar a fundo! E eu pergunto a vocês se a situação fundiária de falta de documento que vocês estão enfrentando foi agora no Governo Lula. Há quantos anos os senhores e senhoras estão convivendo com essa situação?

Agora, se aqui fossem assentamentos de áreas da União e estivéssemos lutando pela regularização fundiária, os senhores já teriam, inclusive, à disposição, o PRONAF para financiar a Agricultura Familiar, que nós estamos fazendo em todo o Estado. Se não está acontecendo o PRONAF aqui é porque ainda o INTERMAT não resolveu o problema fundiário, junto com aqueles que se dizem donos dessas terras (PALMAS).

Quero dizer também que, infelizmente, a crise da agricultura pela qual passamos existe porque os grandes, que são minoria, deixaram o povo, a maioria, submetido a uma agricultura

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

da monocultura. Só plantou soja! No ano retrasado o saco de soja eram R\$47,00 e este ano são R\$15,00. Quando eram R\$47,00 ninguém reclamou do Governo Lula, não! Ninguém foi lá na porta do Palácio devolver a sobra, levar o lucro para distribuir para o povo! Mas, agora, que chegou a crise, nós vimos lá baterem à porta e pedirem ajuda. E o Governo vai ajudar, sim! Agora, nós também não podemos nos submeter aos altos preços de alguns produtos. Se for preciso importar, para que o povo possa comprar arroz, possa comprar feijão, possa comer carne, possa comer frango... Está ou não está mais barato? Está ou não está mais barato? Se não está mais barato, é porque aqui na nossa região, a questão da madeira... Eu pergunto a vocês: Por que houve a Operação Curupira? Vocês viram que Mato Grosso foi campeão de desmatamento no mundo! E quando nós somos campeões de desmatamento, os nossos produtos, inclusive a nossa soja, para ser vendidos no mercado internacional já chegam lá com preconceito para ser comprados. Então, a operação veio para legalizar, para regularizar. Se nós enfrentamos o problema que enfrentamos no mundo, inclusive o problema climático, o derretimento de geleiras, as possibilidades que nós temos das nossas cidades desaparecerem, é porque nós não estamos cuidando do meio ambiente. E é preciso, sim, fazermos essa discussão. A madeira que está aí não é infinita, ela é finita, ela tem fim. E para ela não ter fim, para ela poder continuar produzindo mais e mais madeira precisa-se de um plano de manejo. É preciso regularizar. Por isso, agora, o Governo do Estado assumiu essas ações. E eu quero ver a SEMA, agora, assumindo no Estado, descentralizando, para vermos se realmente o problema estava no IBAMA.

Uma outra questão que eu queria colocar é sobre o transporte escolar que um senhor levantou aqui. Eu participei de uma reunião com vários prefeitos do Estado, em que se discutia esse problema. Criança não pode ficar fora da escola. Se tiver criança fora de escola aqui, chamem o Promotor de Justiça da região. Criança não pode ficar fora da escola. Nós temos que compatibilizar, todos os entes federados: a União, o Estado e os municípios para que as crianças vão à escola, para que sejam construídas escolas lá, e para que essas crianças sejam transportadas. Há uma luta, inclusive, dos prefeitos para melhorar os custos desse transporte escolar, porque quem estava bancando era só a prefeitura. E eu tenho sido - quero dizer ao senhor - uma Deputada que, desde o primeiro ano de mandato, briga para que essa questão do transporte escolar fique resolvida. Agora, parece que foi fechado um acordo entre a SEDUC e o município, e esperamos que o convênio seja assinado logo, porque as crianças não podem ficar sem estudar.

Então, eu quero dizer ao senhor que eu sou professora, estou Deputada, sou mãe e sei do problema. Isso não é só aqui. Estamos com vários municípios enfrentando essa questão. Mas é preciso rapidez, e nós temos cobrado da SEDUC, do Ministério Público, do próprio Governo Lula, inclusive, que passou a fazer repasse do transporte escolar desde de 2004. Nunca existiu repasse para as prefeituras, mas hoje está acontecendo.

Depois, o senhor pode se inscrever aqui, porque eu não sei como é que vai ser...

(MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA - INAUDIVEL.)

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Então aqui está o problema, e nós vamos conversar com o Prefeito, porque não pode criança ficar fora da escola. Isso é, inclusive, constitucional. E ele, com certeza, já vi no depoimento dele, me parece ser uma pessoa comprometida, não vai deixar que a nossa cidade fique com essa mácula de criança que fica sem estudar porque não foi buscar.

Mas eu, como Deputada, estou brigando para defender a Prefeitura, para que melhore o repasse do Estado para os municípios, para que essas crianças não fiquem lá sem transporte, porque, muitas vezes, o município sozinho arca com as conseqüências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Então, eu quero dizer que estou aqui com compromisso. Se essa CPI for instalada, porque vai ter a minha assinatura, esperamos que tenha as 08, eu quero trazer o Ministério Público Federal inclusive para saber da gênese dessa terra. Se essa terra é da União, portanto o debate é outro, para ninguém ficar aqui hoje refém de uma situação, o município todo, toda a população diante de uma situação que temos que ficar pedindo o documento, enquanto eu já vi depoimento de várias pessoas que pagaram e no entanto nunca receberam sua documentação.

Esse é o meu compromisso e eu saio daqui comprometida com vocês e com os Vereadores. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Vereador Adinal Pavlak.

O SR. ADINAL PAVLAK - Bom-dia a todos.

Quero aqui cumprimentar a Deputada Verinha Araújo, o Presidente da Comissão de Terra, Deputado Pedro Satélite, o Prefeito Adalberto Diamante, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Silval Barbosa, os Vereadores e Vereadoras.

Eu quero aqui me engajar com essa situação na parte de documentação de terra, que o Sr. Simonete citou.

Eu também adquiri uma propriedade de 314 hectares, Sr. Simonete, paguei a importância de R\$30 mil reais na época, e para fazer a transferência de uma escritura eu tive um custo de R\$1.500,00.

Só que o endereço, Sr. Simonete, da minha escritura é um lugar denominado Aliberte - não sei onde - o endereço, um dos endereços. Então, tem algum desentendimento muito sério nisso.

Mas o que venho fazer aqui hoje é trazer ao conhecimento da Comissão de Terras e pedir - nós estamos aqui com dois ônibus de moradores de Analândia do Norte, alguns há mais de 15 anos, que é o meu caso e do Costinha - aos Srs. Deputados da Comissão de Terras, que regularizem a nossa área urbana de dentro de Analândia o mais breve possível. Lá nós não temos conflito nenhum. Eu mesmo estou desde 1986 lá dentro de Analândia. E tenho aqui também um encaminhamento dos moradores do Jardim Bom Jesus, de Analândia do Norte. Aqui se faz presente também a Dona Eleonora, que também é moradora de lá, o Sr. Pompílio e vários outros.

Nós, moradores do Jardim Bom Jesus, desde 1994 e outros mais recentes, sendo que no ano de 2003, o Sr. Celso Padovani, da Colonizadora Pronorte, junto ao ex-Prefeito, Sr. Giovanni Margueto, e o ex-Prefeito Célio Francisco da Cruz, fizeram doação de quarenta e oito chácaras medindo 78 x 90 metros, medida esta feita pelo Sr. Júlio, responsável pela empresa em Analândia. Uma das chácaras foi dividida em lotes menores. Todos esses moradores produzem nesse terreno arroz, mandioca, coco, banana, feijão, milho, batata doce, hortas, frutas, outros criam porcos, galinhas, etc.

Nós, moradores, temos água em condições precárias, com encanamento não adequado para o sistema e também não temos energia elétrica. Se essas benfeitorias fossem feitas dariam melhores condições de sobrevivência aos moradores.

Esse projeto já foi encaminhado por várias vezes à Prefeitura do Município em anos anteriores. Não temos documento desses lotes, por isso estamos encaminhando esse relato à Assembléia Legislativa, na pessoa do Sr. Silval Barbosa, Presidente, e à Comissão de Terras, na pessoa do Sr. Deputado Pedro Satélite, Deputado Mauro Savi, Deputado Dilceu Dal Bosco e outros.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Na certeza de podermos contar com o empenho de Vossas Excelências para tomar as providências necessárias para a documentação desses lotes, desde já as pessoas moradoras de lá agradecem aos senhores.

Analândia, 27 de março de 2006.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Sr. João Cerqueira.

O SR. JOÃO CERQUEIRA - Deputada Verinha Araújo, Deputado Pedro Satélite, Deputado Silval Barbosa, Marcelândia sente-se honrada com a presença de vocês. Eu quero dizer que se vocês olharem Marcelândia, o povo acredita, porque se o povo não acreditasse na classe política, não estaria aqui neste exato momento.

Eu não tenho muito o que falar. Só quero fazer um pedido. Eu sei que a partir de hoje muita coisa vai mudar em Marcelândia. Eu sei que todo mundo gostaria de ter uma resposta de imediato aqui, mas vocês podem ter certeza absoluta de que uma resposta imediata amanhã ou depois vocês não terão, mas tem hoje o maior encaminhamento da história de Marcelândia com os representantes da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O Prefeito Adalberto tem demonstrado que quer, que sempre quis entendimento. Chegamos quase a nos desentendermos, Presidente da Câmara e Prefeito. O Adalberto entendia e abria todo o dialogo para conversar com a Colonizadora Maiká. Eu era até contra muitas vezes. Mas admirei a atitude do Adalberto. O Adalberto teve muita paciência, levou para discutir o projeto Maiká, Pronorte, Terra Norte. Eu digo que foi lamentável a maneira que chegou, mas se é assim a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado de Mato Grosso têm como dar uma resposta a Marcelândia. Os meus agradecimentos aos Deputados. Vocês fiquem tranqüilo, porque vocês vão ter a mudança que Marcelândia precisa a partir deste momento. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Prefeito Adalberto Diamante.

O SR. ADALBERTO DIAMANTE - Eu vou fazer rapidamente aqui os esclarecimentos que são necessários e que faz parte do objetivo da audiência pública.

Quando alguns amigos aí falaram sobre o Varredura. Na época, nós tivemos várias leis e medidas provisórias, inclusive essa que o Marafon citou dos cem quilômetros da BR, que entrou em vigor e depois foi derrubada. Então, nós tivemos situações e situações ao longo de trinta anos. Não dá mais para voltarmos a essas situações e arrumarmos uma culpa para agora.

Houve o tempo que ficou sob a jurisdição do Governo Federal, do INCRA, e houve tempo que passou para as mãos do INTERMAT, e até para Instituto de Terras anterior ao INTERMAT, o ITC.

No decorrer disso, ficou também por vinte anos proposta uma ação discriminatória que está arquivado no Tribunal Federal que não foi concluída, está engavetada e coloca-nos *sub judice*. É geral, Gleba Maiká, Município de Marcelândia. Por isso, o Governo do Estado, juntamente com os Srs. Deputados, fez uma proposta de entendimento com o INTERMAT e INCRA, para que se fizesse a varredura para se chegar a uma regularização, senão ficaria o resto da vida como ficou vinte anos a ação discriminatória que está lá engavetada, ainda para ser arquivada, depois de cumprido o Varredura.

E o Projeto Varredura faz as medições, como o Sr. Simonete falou da área dele, e por enquanto não vai colocar para este ou aquele proprietário se o seu documento é do local ou se é deslocado, ou se é um título ou um simples contrato da colonizadora. Ele tem que fazer a medição,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

reconhecer o proprietário e encaminhar o processo ao INTERMAT para que no final esses processos rendam as regularizações e, em alguns casos, até o direito de usucapião. Isso não entra agora nesse detalhe.

O Projeto Varredura tem que seguir porque foi a única forma, depois de mais de vinte anos.

Na questão das escrituras da época, quem tinha obrigação? A colonizadora que vendeu. Era a Maiká - e passava várias escrituras para o município.

Eu tenho vários sítios nessa estrada principal para Analândia, onde eu comprei propriedades pequenas e cada uma tem uma escritura.

Eu já fiz a medição no INTERMAT e lá na frente vou saber qual vai ser a regularização até para essas escrituras que eu tenho dos meus sítios aqui.

Então, esse é um processo no qual temos que acreditar, porque foi uma medida governamental, da Assembléia Legislativa, do Governo Blairo Maggi, para se chegar numa conclusão e nos trazer a regularização.

Agora, é lógico, eu sou da opinião e defendo a situação que o Deputado Silval Barbosa falou, que o Sr. Arnaldo falou, de que lá na frente aquele proprietário que tem uma escritura, de alguma forma, tem que ser reconhecido e nisso nós estamos juntos, abraçados para estar lá frente, depois de concluída a varredura, estar defendendo cada cidadão, para que seja reconhecida também a escritura dele.

Se foi deslocado, ou algum Governo permitiu que se fizesse errado, vamos fazer a defesa para que o proprietário seja reconhecido na idoneidade, no direito dele que comprou de boa-fé.

Quanto ao transporte escolar, quero dizer que dentro da Tupã ficaram algumas crianças distantes de onde a estrada chega.

No ano passado, a prefeitura gastou dinheiro para ligar uma estrada na outra para facilitar o transporte escolar e nós fomos acusados... Em seguida, quando abrimos a estrada dentro da Tupã, desencadeou-se uma extração de toras e nós fomos acusados de estar fomentando a invasão, ou alimentando a extração irregular de toras. E o Poder Público não pode se submeter a essas situações.

Nós somos impedidos pela situação, *sub judice*, de estar abrindo estradas dentro da Tupã. Portanto, eu falo com os mesmos olhos e a mesma franqueza que sempre tive com cada um: As máquinas, por conta da prefeitura, até que se regularize o assentamento, estão proibidas de estar fazendo estradas ou agindo dentro daquelas estradas que existem lá dentro.

Então, as crianças que ficaram distantes terão que ser apoiadas de alguma forma para que possam alcançar o ônibus. Nós não podemos estar colocando máquinas dentro da Tupã enquanto a situação estiver da forma como está. E, até digo mais, tem aquelas pessoas que avançaram mais para o fundo e nós não podemos, a área não é nossa e ainda não está liberada para que o INTERMAT possa agir. Então, a Prefeitura não pode estar lá abrindo novas estradas ou arrumando para que chegue lá o ônibus.

E até nós temos atendido em todos os municípios, Deputada, até gostaria que a senhora depois reforçasse, além do que a lei manda, que é fazer a coleta dos alunos nas estradas mestres, nós temos ido adiante das linhas mestres e em todo o município.

E só quero colocar que nós não fugimos de compromissos. E o Adalberto, se depender de contar uma mentira para agradar um dos amigos, não vou agradar, porque a mentira eu não vou contar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Então, se nós conseguirmos, com a graça de Deus, acertar essa situação e liberarmos a gleba para o INTERMAT aplicar o assentamento, vai vir estrutura, vai vir casa, vai vir toda uma infra-estrutura para aquele assentado. Mas não vou aqui dizer que 100% das famílias... Se lá tem duzentas pessoas, que as duzentas pessoas se enquadrem no critério de assentamento. Eu não vou contar mentira para agradar pessoas. O INTERMAT poderá rejeitar alguns, porque na lei eles não podem aprovar no cadastro de assentamento.

Agora, eu não sei exatamente quem está lá dentro e se está na condição de ser aprovado pelo assentamento ou não. Mas sou claro em dizer, pode ser que alguns não alcancem a condição legal de conseguir o lote.

E, no mais, a Deputada aqui falou sobre o transporte... Nós sempre nos colocamos à disposição e com clareza. Eu volto no assunto anterior, para encerrar. Esta audiência pública fica como um marco, para que daqui por diante tudo que se trata da administração pública, na nossa gestão, será tratada na presença do povo com a maior clareza e com a participação de todos para ninguém dizer que alguma coisa foi feita em algum lugar ou que o Prefeito, não sei o que ele está fazendo ou o que ele deixou de fazer ou que fez sem que o povo saiba. Por isso, daqui por diante, todas as ações nossas terá a participação do povo, sabendo o que está se passando.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Senhores, antes de encerrar, nós levantamos, então, os documentos que a Colonizadora mandou, os documentos que a Prefeitura nos encaminhou e vamos verificar isso. E vamos marcar uma reunião convocando a Prefeitura, a Direção da Pronorte para tratar desses pontos que foram tratados na audiência pública.

Com relação ao Programa Varredura, o INTERMAT certamente irá concluir ou, a partir de agora, talvez tome um novo rumo, se vai suspender a varredura em relação, após a CPI criada. Então, tem uma série de coisa que vão ser discutidas após essa reunião lá na Assembléia Legislativa.

Mas quero agradecer a presença de todos, e quero agradecer, em especial, a todos aqueles que participaram, que deixaram o seu depoimento, que fizeram, que relataram as suas dificuldades, do que tem sofrido ao longo do tempo. Nós temos conhecimento, eu conheço isso aqui, o Sr. Simonete e o Sr. Rebeschini bem disseram, desde quando começou a surgir Marcelândia. Morei aqui, conheço todo esse processo de regularização, o que a colonizadora praticou, de como ela vendeu, de como ela prometeu. Agora, a documentação vai estar sendo levantada se é verdadeiro ou não, e assim quis o destino, hoje, eu estar frente à Presidência para estar acompanhando este processo.

Nós queremos agradecer a Câmara dos Vereadores, na pessoa do Presidente João Cerqueira; agradecer o Prefeito Municipal Adalberto; a administração Municipal que deu todo apoio à audiência pública, agradecer a receptividade. E audiência pública é para isso mesmo. As pessoas, às vezes, acham que estão ofendendo os Deputados, mas, de forma alguma vamos levar como ofensa e sim como uma crítica, como um desabafo, como um acontecimento. As audiências públicas são para isso mesmo, é para dar oportunidade para as pessoas falarem como foi falado aqui, e tomar as devidas providências na tentativa da solução dos problemas colocados.

Agradeço a determinação, a vontade, o arrojo da Deputada Verinha Araújo, que saiu hoje de manhã, teve dificuldades no transporte, mas está aqui presente, veio ouvir, foi muito importante a sua participação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E URBANA
DE MARCELÂNDIA, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, NO DIA 27 DE
MARÇO DE 2006, ÀS 10:00 HORAS.

Agradeço e parabenizo os trabalhos do Deputado Pedro Satélite, autor do Requerimento, Presidente da Comissão, que está aqui hoje fazendo todo esse trabalho de levantamento.

Agradeço a todos os nossos servidores, às nossas taquigrafas, ao nosso cerimonial, enfim, a todos aqueles que compareceram aqui.

Muito obrigado mesmo pela receptividade.

Fica aqui o compromisso da Assembléia Legislativa de estar ao lado de vocês até a solução desses conflitos, desses problemas existentes aqui em Marcelândia.

Um abraço e que Deus nos abençoe.

Declaro encerrada a presente audiência pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa.